

O NOVO CENTRO DE CRESCIMENTO NO LESTE E NO SUDESTE DA ÁSIA*

*Ulrich Menzel***

1 - O Leste e o Sudeste da Ásia na bibliografia

O assim chamado Terceiro Mundo, ao menos em sua compreensão estruturalista, encontra-se em processo de dissolução. Essa constatação dificilmente se aplica melhor a outra região do que ao Leste e ao Sudeste da Ásia. Afinal, esta é a segunda região do Mundo, após o Ocidente, em que teve lugar uma modernização bem-sucedida, ainda que os elevados custos sociais e ecológicos não devam ser ocultados. Esse fato, que ainda na década de 70 era negado por muitos teóricos do desenvolvimento, sobretudo de esquerda, e mesmo atualmente às vezes só é aceito com ranger de dentes, coloca a teoria do desenvolvimento diante de um desafio. Para as diversas teorias do imperialismo, do mercado mundial e da dependência, torna-se muito difícil explicar o fato de que uma segunda região de desenvolvimento protocapitalista recuperador do atraso se estabeleceu. Para a clássica teoria da modernização e da economia do desenvolvimento, deve-se aceitar que, no Oriente, a sociedade e a economia funcionam de maneira diferente do que as teorias liberais da sociedade e do mercado do Ocidente conseguem explicar. Na medida em que se podem identificar problemas na maioria dos países dessa região, eles

* Texto traduzido por Luis M. Sander sob os auspícios do Instituto Goethe, que gentilmente fez a intermediação do texto junto ao autor. Revisão técnica de Carlos Roberto Winckler e Luiz Augusto E. Faria.

** Sociólogo e Cientista Político, Professor da Universidade Técnica de Braunschweig.

são em maior grau resultado da modernização social e da industrialização do que resultado de uma modernização e de uma industrialização ausentes ou apenas parciais. Ao menos a distribuição de renda deve, como comprovam os respectivos coeficientes de Gini, ser caracterizada como particularmente homogênea em comparação com a maioria dos países, sobretudo latino-americanos. Em todo caso, com vistas à região do Leste da Ásia, surgiu o *slogan* programático "crescimento com justiça distributiva".

A excepcionalidade dessa região já se torna clara ao se examinar rapidamente a bibliografia pertinente, que abrange diversos países, cuja conceitualidade, de certa maneira, fica evidente já nos títulos das publicações: **Terceira Região da Economia Mundial; Novas Culturas Industriais; Novo Centro de Gravidade do Comércio Mundial; Milagre Econômico no Extremo Oriente**; ou, de modo mais inspirador ainda no âmbito lingüístico anglo-saxão, **Sucesso Anômalo; Modelo de Desenvolvimento do Leste da Ásia; Puff, o Dragão Mágico; O Dinamismo do Leste da Ásia; Recuperando o Atraso e Acompanhando o Ritmo; Hipercrecimento; O Próximo Gigante da Ásia; Behemoth Industriais; Milagre Econômico; A Mão Visível; O Milagre do Leste da Ásia; Milagre de Manufatura; Minidragões; Trilhas da Periferia; Economias da Ásia em Crescimento Rápido; O Fim do Terceiro Mundo; Os Quatro Pequenos Dragões; A Vantagem do Leste da Ásia; O Próximo Desafio; Fênix e o Leão Manco; O Século 21 — o Século Asiático; A Ascensão do Capitalismo Substitutivo**. Além de títulos formulados com mais sobriedade, só foi possível identificar dois mais céticos: **Debaixo do Milagre Econômico e Dragões em Apuros**. Toda a bibliografia da década de 80 e do início dos anos 90 passou, portanto, por uma verdadeira troca de paradigmas. Enquanto antes se perguntava preponderantemente **se**, afinal, ocorria crescimento nessa região e, em caso positivo, se ele era mais bem-sucedido sob o signo do socialismo do que sob o signo do capitalismo, agora só se discute **como** o crescimento ocorreu, que preço teve que ser pago por ele e que desafio se deve esperar disso para os países industrializados estabelecidos no Ocidente.

Essa constatação leva a um problema fundamental: o que é o Leste da Ásia? Na compreensão geográfica clássica, fazem parte dele a China, incluindo a Mongólia Interior, Sinkiang e o Tibete, o Japão, a Coreia do Norte e a do Sul, a Mongólia Exterior, Taiwan, Hong Kong e Macau. No entanto, da perspectiva da teoria do desenvolvimento, essa definição é insatisfatória por várias razões, já que, a rigor, nessa enumeração constam, preponderantemente, países emergentes ou verdadeiros países industrializados. Em contra-

partida, o maior país da região, a China, caracteriza-se por disparidades consideráveis, reunindo em seu território toda a gama de regiões "minimamente desenvolvidas" até núcleos altamente industrializados. Inversamente, porém, ficam de fora dessa definição países ou segmentos de países que precisariam ser necessariamente incluídos para que se possa compreender a região em seu todo. Referimo-nos à assim chamada "Quarta China", ou seja, às minorias chinesas, em partes consideráveis, existentes no Sudeste da Ásia, que, em Cingapura, inclusive representam a ampla maioria e, como grupo estratégico, são crucialmente responsáveis pelo fenômeno dos países emergentes da segunda geração, a saber: a Malásia, a Tailândia e a Indonésia (em breve, provavelmente, também o Vietnã). De uma perspectiva da política de desenvolvimento, a "Quarta China" deveria ser parte integrante da análise, para que realmente se compreenda a totalidade da dinâmica da "terceira região da economia mundial" ao lado da Europa Ocidental e da América do Norte.

A bibliografia sobre os países emergentes que, entretanto, já se deve designar como clássica se ocupa com os chamados Tigres Asiáticos, ou seja, Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coreia do Sul. A bibliografia mais recente já joga esses quatro países com toda a naturalidade na mesma panela junto com os novos países emergentes, ou seja, a Malásia, a Tailândia e até a Indonésia, o que é perfeitamente sustentável com base nas taxas de crescimento comparativamente altas registradas nos anos 80. Os autores que consideram o processo de industrialização como algo já dado situam os países emergentes da primeira geração no mesmo nível do Japão, sendo que, dependendo da perspectiva histórica adotada, se toma como referencial o Japão pós-restauração Meiji, o Japão do período entre as duas Guerras Mundiais, ou o Japão dos anos 50-60. Desde a implantação da política de reforma e abertura — e também isso representa uma troca de paradigma —, a própria China passou a fazer parte da discussão sobre os países emergentes, sendo que se coloca, de maneira mais ou menos refletida, a costa meridional da China entre Xangai e Cantão — que, afinal, conta com aproximadamente 200 milhões de habitantes — no mesmo nível dos países emergentes clássicos. As quatro províncias da costa meridional, Guangdong, Fujian, Zhejiang e Jiangsu, bem como a região de Xangai, devem ter alcançado nos últimos 10 anos, separadamente, taxas de crescimento de dois dígitos, que estão mais perto dos 20% do que dos 10%. Tendo em vista a iminente reintegração de Hong Kong e a cautelosa reaproximação entre o Partido Comunista e o Kuomintang (KMT), passou-se a discutir sobre se a "Grande China", ou seja, a China Continental, Taiwan e Hong Kong, bem como Cingapura e os

chineses que vivem em outros países do Sudeste da Ásia, não representa a unidade analítica apropriada, sendo que, nesse caso, um claro componente étnico passa a fazer parte do enfoque teórico. Fala-se, de modo mais abrangente ainda, da esfera cultural confucionista — ou seja, as diversas "Chinas" mais o Japão, mais as duas Coréias, mais o Vietnã — como a grande região propriamente dita, contrapondo-se o confucionismo centrado no Estado do Japão ao (meta)confucionismo centrado na família dos chineses. Este último se refere ao conjunto de regras da gente miúda, que se conservou apesar de todas as reviravoltas sociais e pouco tem em comum com o grande confucionismo do mandarinato. Por fim, de uma perspectiva bem global, o Leste e o Sudeste da Ásia são apenas parte da Bacia do Pacífico, que se entrelaça cada vez mais e inclui também a Austrália e a Nova Zelândia, bem como a costa oeste dos Estados Unidos (também aí vivem em toda parte consideráveis minorias chinesas e japonesas).

Todas essas classificações têm seu sentido a partir de uma perspectiva da política do desenvolvimento, mas não a tradicional definição geográfica da região, pois, inversamente, dela fazem parte, junto com a Mongólia Exterior e a Interior, com o Tibete e Sinkiang, também os territórios localizados atrás da Grande Muralha, ou seja, também a periferia da China, cujos problemas de desenvolvimento, a rigor, a remetem à Ásia Central. Com isso, eles devem ser situados num mesmo contexto junto com a parte asiática da ex-União Soviética e o Afeganistão.

Em consequência, uma definição que realmente faça sentido precisa partir de uma concepção teórica que aponte características que integram e estruturam a região. Tais características são:

- a divisão de trabalho constituída através do comércio (desde tempos imemoriais) e de investimentos diretos (desde a virada do século);
- os movimentos migratórios de chineses e malaios (desde tempos imemoriais) e de japoneses (no período entre as duas Guerras Mundiais);
- o tipo de colonização, cuja variante ocidental se limitava mais aos chamados portos livres ou abertos e a uma abertura — imposta mediante a "diplomacia de canhoneira" — dos respectivos países ao comércio e à missão, ao passo que a variante japonesa visava a uma colonização, à valorização e à japonização dos territórios dependentes;
- a força determinante da civilização chinesa, que tem caracterizado há 2000 anos o Estado e a sociedade na periferia tributária da China e, mais

tarde, através da migração de chineses para o Sudeste da Ásia, foi implantada diretamente nos respectivos países;

- a agricultura intensiva, baseada em irrigação artificial, tendo no arroz seu principal produto, cuja importância contém efetivamente uma dimensão cultural e produziu uma relação especial entre o indivíduo e a comunidade (da aldeia).

Se, portanto, se toma por base uma perspectiva que queira compreender a dinâmica interna da região como um todo, faz sentido partir de uma definição que exclua as áreas das chamadas minorias nacionais na China, ou seja, o Tibete, Qinghai, Sinkiang, a Mongólia e Guangxi, mas que abarque, além da China e das duas Coreias, também o Japão, Taiwan, Hong Kong, Macau e as partes do Sudeste da Ásia nas quais se encontram fortes minorias chinesas. Dela fazem parte Cingapura, a Malásia, a Tailândia, o Vietnã e, pelo menos, Java e Sumatra, mas não as Filipinas, o Laos, o Camboja, a Birmânia e as demais ilhas do Arquipélago Indonésio.

Essa grande região assim definida exhibe alguns traços comuns, mas também diferenças consideráveis. É comum à região o processo de integração, que dura há séculos e se iniciou já muito tempo antes da chegada do Ocidente, produzindo-se por meio do comércio e da migração, bem como das influências culturais do confucionismo e do budismo. Trata-se, além disso, de países que se modernizaram tardiamente e cuja recuperação do atraso em termos de desenvolvimento ocorreu sob a pressão maciça do Ocidente. Essa pressão, contudo, nunca foi tão forte que tivesse acarretado, como na América Latina, por exemplo, a total aniquilação das culturas indígenas superiores. Pelo contrário: o Leste e o Sudeste da Ásia são talvez a única grande região do Mundo na qual as antigas culturas superiores conseguiram impor-se em sua substância, onde a ocidentalização sempre permaneceu apenas verniz e, na melhor das hipóteses, se registraram apenas êxitos puntiformes (como na atividade missionária, por exemplo). De modo algum é por acaso que as áreas do Leste e do Sudeste da Ásia, sem tradição de culturas superiores — como as Filipinas, Bornéu e outras ilhas indonésias — bem como a região montanhosa situada no triângulo formado pelo sudoeste da China — Tailândia e Birmânia —, não fazem parte da região de crescimento do Leste da Ásia. Por fim, o Leste da Ásia foi, ao lado da Europa Central, o segundo grande palco do conflito Leste-Oeste, que teve uma grande força determinante tanto para o Japão quanto para a China, para Taiwan, para as duas Coreias e para o

Vietnã, ainda mais que nesses países ele assumira mais um caráter de guerra quente do que de guerra fria.

A despeito desses traços comuns, não se devem ocultar consideráveis diferenças. Têm-se, por um lado, países particularmente pobres em termos de recursos (Japão, Coréia do Sul, Taiwan) e, por outro, países em situação oposta (China, Coréia do Norte, Malásia, Indonésia). Em alguns países, a solução da questão agrária estava e está no centro (em especial na China), ao passo que nas cidades-Estado de Hong Kong, Macau e Cingapura não há questão agrária a ser resolvida. Em alguns países, a transformação da sociedade agrária em industrial (China, Japão, Coréia) teve que ser realizada, enquanto as cidades-Estado eram, desde o início, sociedades de prestação de serviços, nas quais a industrialização só teve importância num intervalo de tempo. Alguns países ou áreas foram verdadeiramente colonizados (Coréia, Taiwan, Hong Kong, Macau, Malásia, Cingapura, Indonésia, Vietnã); outros não foram (China, Japão e Tailândia), mas tiveram que aceitar, em graus diversos, tratados desiguais, soberania limitada e pequenas regiões extraterritoriais, como os territórios de concessões nos portos livres ou abertos. Acresceram-se a isso uma duração muito diversas e tipos muito diferentes de colonialismo: o colonialismo europeu, mais antigo, tendia a proceder de acordo com o padrão clássico de domínio informal e a limitar-se a cidades portuárias e à exploração puntiforme de plantações e minas, ao passo que o colonialismo japonês, "tardio", praticou, além da exploração muito mais sistemática, uma verdadeira política de japonização. Ademais, deve-se levar em conta a permeação informal por parte dos migrantes chineses em todos os lugares onde o Ocidente abria antes as portas.

Em termos de teoria da sociedade, deve-se levar em consideração uma ampla gama que vai desde a tradição feudal (Japão), passando pela tradição burocrática (China), até sociedades acéfalas nas áreas que ainda hoje se encontram na periferia. Embora o confucionismo em sua versão chinesa ou nipo-coreana seja predominante, ele rivalizou em toda parte com o budismo, o lamaísmo, o xintoísmo, o islamismo, o hinduísmo (em decorrência da migração de hindus), o cristianismo, o judaísmo (em Xangai, por exemplo) e com o animismo, ao passo que o Ocidente cristão possui um fundo cultural comparativamente muito mais homogêneo.

Além disso, após 1945 toda a região foi vítima do conflito Leste-Oeste, na medida em que, até o passado recente, esteve estritamente dividida numa zona de reforma norte-americana (Japão, Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong,

Tailândia, Filipinas) e numa zona de reforma soviética (China, Coreia do Norte, Mongólia, Vietnã), cujas conseqüências são perceptíveis até hoje a despeito dos conflitos políticos existentes tanto no oeste quanto no leste. A isso, deve ser atribuída a militarização de muitos países, em parte extraordinária e dispendiosa — uma circunstância que, alhures, é encarada como o especial entrave para o desenvolvimento. E, por fim, essa região passou por ondas de sionização, ocidentalização, japonização e, novamente, ocidentalização, de profundidades distintas de país para país, dependendo de que potência conseguia reivindicar uma posição hegemônica no momento.

Um segundo problema tematizado na bibliografia sobre política de desenvolvimento é de natureza mais sistemática e refere-se à questão da perspectiva teórica sob a qual se deve contemplar a região. O clássico tema socialismo *versus* capitalismo e, em conseqüência, a comparação entre a China e Taiwan ou entre a China e as Coreias do Norte e do Sul estão esgotados e foram superados pelos acontecimentos políticos atuais. Continua tão interessante quanto antes a pergunta, de caráter mais histórico, por que o Japão, em meados do século XIX, reagiu com muito mais êxito do que a China ao desafio lançado pelo Ocidente. Depois que a discussão sobre os países emergentes, que, além da América Latina, tinha no Leste da Ásia seu segundo palco, prestou seus serviços para a refutação da teoria da dependência, atualmente está em pauta sobretudo a pergunta se é o neoclassicismo e, por conseguinte, a "mão invisível", ou, então, se é a economia política ou o neomercantilismo e, por conseguinte, a mão visível, que oferece o paradigma adequado para explicar o seu sucesso; se são fatores mais econômicos (neoclassicismo), institucionais (economia política) ou culturais (teoria da modernização) que fornecem a explicação.

Nova é a comparação entre o Leste da Ásia e a América Latina, que pergunta por que no primeiro caso se registra um êxito completo e, no segundo, um êxito apenas parcial. Isso conduz à afirmação, que leva muito mais longe, de que a região tem uma função de modelo, devendo-se, portanto, aprender com os países emergentes do Leste da Ásia. Ou devem-se levar em conta aqui componentes culturais específicos ou inclusive componentes étnicos que estabelecem limites muito estreitos ou até excluem inteiramente a possibilidade de transferência? Com isso, chega-se a uma variante da tese de Weber, na qual não é mais a ética protestante e, sim, o confucionismo do cotidiano, ou metaconfucionismo, que tem de fornecer a explicação cultural específica.

Quase já destituída de toda e qualquer temática relativa à teoria do desenvolvimento é, por fim, a pergunta sobre as consequências, em termos de economia e política mundiais, da existência de uma terceira região da economia mundial que expõe os países industrializados estabelecidos da Europa Ocidental e na América do Norte a uma ampla e maciça concorrência, que visa desalojar esses países e acelera sua transição para a condição de sociedade pós-industrial de prestação de serviços. No final, encontra-se, então, um novo conflito Leste-Oeste, dessa vez entendido em termos geográficos e/ou culturais, no qual o futuro industrial pertence ao Extremo Oriente e se cultiva uma cultura industrial que não pode mais ser apreendida com as categorias liberais do Ocidente.

2 - O perfil de desenvolvimento da região

Antes de se examinar a pergunta de como o Leste da Ásia soube, como segunda grande região além do Ocidente, dar conta da problemática da modernização, vai-se esboçar seu perfil de desenvolvimento com base em indicadores selecionados. Por razões pragmáticas, tomou-se por base o clássico conceito geográfico de Leste da Ásia. Dados sobre o Japão serão incluídos para fins de comparação, para deixar claro o quanto os demais países da região já se aproximaram do padrão japonês, um modelo com o qual a maioria dos países estão ligados, numa espécie de amor misturado com ódio, graças ao colonialismo japonês e à ocupação japonesa entre 1937 e 1945.

Isso ocorre, entretanto, com algumas ressalvas. Dados sobre a Coreia do Norte e a Mongólia são muito escassos e, além disso, comprometidos por um grau de incerteza que não se pode quantificar. No caso semelhante da Europa Oriental, constatou-se, *a posteriori*, que as estimativas ocidentais eram um tanto exageradas. Os dados sobre a China são substancialmente mais precisos e sobretudo mais abundantes, porque há alguns anos a própria China os publica como pressuposto de sua aspiração de tornar-se membro do FMI e do Banco Mundial. Os valores médios chineses, contudo, fazem pouco sentido, já que nivelam as diferenças entre a região da costa meridional, que se encontra em franco e rápido desenvolvimento, o setor mais ou menos extenuado dos combinados estatais das províncias do norte e do interior do país, bem como a periferia chinesa no oeste e no sudoeste. Para deixar clara toda

a extensão das disparidades, a rigor precisar-se-ia apresentar também uma tripartição dos dados relativos à China, porém essa tripartição não está disponível. Cifras sobre Taiwan existem em abundância e são muito confiáveis, mas, infelizmente, por causa do *status* internacional de pária desse país, não podem ser tiradas da estatística internacional. Elas precisam, por conseguinte, ser tomadas da estatística nacional de Taiwan, o que levanta certos problemas de comparabilidade. Levando-se em consideração essas restrições, chegou-se aos dados que compõem a Tabela 1.

Em toda a região, vive cerca de um quarto da população mundial (23,2%, sem o Japão) e produz-se mais um ou menos um quintó do Produto mundial. Sem o Japão, porém, esta última quota se reduz drasticamente para 4,3%. Sua participação nas exportações mundiais soma cerca de 18%; sem o Japão, soma ainda 7,5%, com tendência claramente ascendente. Um índice deixa particularmente clara sua posição relativa em comparação com outras grandes regiões: o PNB combinado, apreendido monetariamente, de todos os países da África ao sul do Saara, incluindo a República Sul-Africana, é mais ou menos um terço menor do que o PNB da Coreia do Sul apenas.

Cabem algumas observações quanto às cifras individualmente. Mesmo que a distribuição da população entre os países da região apresente diferenças extremas — aos cerca de 1,2 bilhão de habitantes da República Popular da China contrapõem-se apenas 5,8 milhões de chineses de Hong Kong ou 2,3 milhões de mongóis da Mongólia Exterior —, os dados demográficos revelam alguns traços comuns. Nos anos 80, o crescimento populacional caiu, em toda parte, claramente abaixo da marca de 2%, e, em Taiwan, na Coreia do Sul e em Hong Kong, já se aproxima da marca de 1%, o que indica que aí já se alcançou o último estágio de transição demográfica, em que não só a taxa de falecimentos, mas também a de nascimentos diminuiu drasticamente. Na China, contudo, esta última baixou menos por causa do bem-estar crescente e mais devido a um controle da natalidade muito rígido. A expectativa média de vida — que certamente é um indicador muito abrangente para medir o "desenvolvimento", já que ela permite fazer afirmações sobre a situação da nutrição, da higiene e do atendimento médico — ultrapassou, em toda parte, com exceção da Mongólia, o limite dos 70 anos, alcançando, assim, um valor comparável ao dos países industrializados do Ocidente. Também o processo de alfabetização atingiu, com exceção da China, um valor de 90% ou mais da população adulta, estando amplamente concluído — uma primeira indicação do fator capital humano, que tem muita importância no Leste da Ásia.

Tabela 1

Indicadores de desenvolvimento para a Região do Leste da Ásia

DISCRIMINAÇÃO	JAPÃO	HONG KONG	TAIWAN	CORÉIA DO SUL
População				
Número de habitantes em 1991 (milhões)	123,9	5,8	20,6	43,3
Crescimento médio entre 1980-91 (%)	0,5	1,2	1,0	1,1
Expectativa média de vida no ano de 1990	78,6	77,3	74,1	70,1
Adultos alfabetizados em 1990 (%)	99,0	90,0	...	96,3
Human Development Index	0,981	0,913	...	0,871
Produto Nacional				
PNB per capita em US\$, em 1991	26 930	13 430	8 815	6 330
Poder aquisitivo da moeda (2)	19 390	18 520	...	8 320
PIB de 1970 (US\$ bilhões)	203,7	3,5	5,7	8,9
PIB de 1991 (US\$ bilhões)	3 362,3	67,6	180,4	283,0
Participação no Produto mundial em 1989 (%)	14,13	0,31	...	1,06
Crescimento médio de 1970-80 (%)	4,3	9,2	9,7	9,6
Crescimento médio de 1980-91 (%)	4,2	6,9	7,7	9,6
Contribuição para o PNB da agricultura em 1970 (%)	6	2	18	26
Contribuição para o PNB da agricultura em 1991 (%)	3	0	4	8
Contribuição para o PNB da indústria em 1970 (%)	47	36	34	29
Contribuição para o PNB da indústria em 1990 (%)	42	25	42	45
Contribuição para o PNB dos serviços em 1970 (%)	47	62	46	45
Contribuição para o PNB dos serviços em 1991 (%)	56	75	54	47
Exportação				
Em 1991 (US\$ bilhões)	314,4	29,7	78,5	71,7
Quota das exportações	10,7	43,9	43,5	25,3
Crescimento médio de 1970-80 (%)	9,0	9,7	28,2	23,5
Crescimento médio de 1980-91 (%)	3,9	4,4	13,1	12,2

(continua)

Tabela 1

Indicadores de desenvolvimento para a Região do Leste da Ásia

DISCRIMINAÇÃO	CHINA	CORÉIA DO NORTE	MONGÓLIA
População			
Numero de habitan- tes em 1991 (mi- lhões)	1 149,5	22,2	2,3
Crescimento médio entre 1980-91 (%)	1,5	...	...
Expectativa média de vida no ano de 1990	70,1	70,4	62,5
Adultos alfabetiza- dos em 1990 (%)	73,3	95,0	93,0
Human Development Index	0,612	0,654	0,574
Produto Nacional			
PNB per capita em US\$, em 1991	370	(1) 1 017	(1) 1 002
Poder aquisitivo da moeda (2)	1 680	...	...
PIB de 1970 (US\$ bi- lhões)	93,2	4,1	0,5
PIB de 1991 (US\$ bi- lhões)	369,7	(1) 21,7	(1) 2,1
Participação no Pro- duto mundial em 1989 (%)	2,07	0,11	0,01
Crescimento médio de 1970-80 (%)	5,2	...	...
Crescimento médio de 1980-91 (%)	5,4	...	...
Contribuição para o PNB da agricultura em 1970 (%)	34	...	...
Contribuição para o PNB da agricultura em 1991 (%)	27	...	...
Contribuição para o PNB da indústria em 1970 (%)	38	...	...
Contribuição para o PNB da indústria em 1990 (%)	42	...	...
Contribuição para o PNB dos serviços em 1970 (%)	28	...	...
Contribuição para o PNB dos serviços em 1991 (%)	32	...	...
Exportação			
Em 1991 (US\$ bi- lhões)	72,9	...	...
Quota das exporta- ções	19,7	...	...
Crescimento médio de 1970-80 (%)	8,7	...	...
Crescimento médio de 1980-91 (%)	11,5	...	...

FONTE: RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO MUNDIAL (1993). Washington: Ban-
co Mundial.
HUMAN DEVELOPMENT REPORT (1993). Washington: UNPD.
TRENDS IN INTERNATIONAL DISTRIBUTION OF GROSS WORLD PRODUCT
(1993). UN TAIWAN STATISTICAL DATA BOOK (1992).

(1) Dado referente a 1989. (2) De acordo com o poder aquisitivo das
moedas e não com as taxas de câmbio.

O Human Development Index, que é calculado pelas Nações Unidas e contém, além de componentes econômicos, também componentes sociais, deixa claro que todos os países recuperaram alguns lugares em comparação com a classificação do Banco Mundial, que se orienta exclusivamente pelo PNB *per capita*, com base nas taxas de câmbio atuais em relação ao dólar norte-americano. Portanto, devido à distribuição de renda bastante homogênea, ao nível relativamente alto da educação básica e ao atendimento médico básico bem amplo, a qualidade de vida da massa da população deve ser avaliada como melhor do que aquilo que expressam os meros valores *per capita* do PNB.

Ocorre que o PNB *per capita* exhibe a maior disparidade entre os indicadores aduzidos, pois aqui a gama vai desde posições de liderança a nível internacional até os *least developed countries*, os países menos desenvolvidos (China). Entre 127 países da classificação negativa de 1993 do Banco Mundial, o Japão ocupa o lugar 126; Hong Kong, o 110; e a China, meramente o lugar 22. Se Taiwan, a Coreia do Norte e a Mongólia estivessem incluídas nessa lista, deveriam ser classificados mais ou menos nos lugares 105, 50 e 51 respectivamente. Ainda no caso desse indicador, deve-se destacar que, com exceção da China, todos os países da região melhoraram nitidamente sua posição nos últimos 40 anos, pois, medidos pelos atuais critérios do Banco Mundial, na década de 50 todos eles (com exceção do Japão) constariam entre os *least developed countries*. No tocante à velocidade, tem-se aqui um processo de recuperação de atraso quase singular na história mundial, um processo cujo fim, por enquanto, nem pode ser previsto. Nesse ponto, as cifras agregadas tornam-se particularmente problemáticas para a China. Os países emergentes da região já se movem, portanto, no espectro inferior do perfil da OCDE; a colônia de Hong Kong quase alcança sua metrópole, a Grã-Bretanha; Taiwan está no mesmo nível da Espanha; e a Coreia do Sul, no mesmo nível da Grécia. Se, porém, se toma por base não a taxa de câmbio atual em relação ao dólar norte-americano, mas, sim, o respectivo poder aquisitivo interno, as relações modificam-se. Então, a colônia de Hong Kong supera em grau considerável sua própria metrópole, a Austrália ou até a Holanda, não se distinguindo mais muito do Japão. A Coreia do Sul é nitidamente mais abastada do que a Grécia, que é membro da Comunidade Européia; e a China, com sua população de 1,2 bilhão de pessoas, ao menos faz parte da extremidade inferior dos países da categoria de renda média. Sua região costeira, no sul, certamente poderia ser comparada aos países abastados da Europa Oriental.

Observe-se, agora, o peso econômico de distintos países. O processo de recuperação do Japão do atraso em relação aos EUA está fora de questão. Até a virada do século, ele deverá ter alcançado os EUA, visto que sua geração de valor a partir da atividade industrial já supera a norte-americana. Mas também a China já está atingindo o patamar da Escandinávia inteira, a Coréia do Sul quase alcançou a Austrália, e Taiwan a Bélgica, enquanto Hong Kong já superou em 50% a Nova Zelândia. Ocorre que toda essa região se caracterizou por um crescimento particularmente elevado nos últimos 20 anos. Mesmo na década de 80, quando nos países da OCDE quase não havia mais crescimento real a registrar e até o Japão tinha de se contentar com "modestos" 4,2% ao ano, em Hong Kong os valores eram de 6,9%; em Taiwan, de 7,7%; na China, de 9,4%; e na Coréia do Sul, até de 9,6% de crescimento real por ano. Se se descontam disso as taxas bastante modestas de crescimento populacional, ainda permanece um nítido aumento também *per capita*. A isso se contrapõe, em amplas partes da África, por exemplo, uma estagnação ou até um crescimento verdadeiramente negativo. Não pode, portanto, haver dúvida de que a região diminuiu consideravelmente a distância que a separa dos países industrializados, de modo que a terminologia entusiasmada das publicações mencionadas no início é efetivamente justificada.

Além disso, os dados estruturais relativos ao surgimento do PNB deixam claro que esse crescimento se deu primordialmente através da industrialização. A contribuição da agricultura caiu, entre 1970 e 1991, de 2% para 0% em Hong Kong, de 18% para 4% em Taiwan, de 26% para 8% na Coréia do Sul e, mesmo na China, de 34% para 27%. O relativo retrocesso da ocupação na agricultura não é tão espetacular, em especial na China, mas ainda assim é considerável. Inversamente, a contribuição da indústria alcançou posições de liderança internacional da ordem de 40% até 45%, atingindo o patamar do Japão. Hong Kong até está um passo mais adiante, visto que lá o estágio industrial já foi deixado para trás. Com uma quota de 75% do Setor Terciário, essa cidade-Estado já deve ser considerada uma sociedade de prestação de serviços. Mas também na Coréia do Sul (por margem escassa) e em Taiwan (nitidamente), a contribuição do Setor Terciário já suplantou a do Secundário. Portanto, no Pós-Guerra, verificou-se uma mudança estrutural, para a qual a maioria dos países europeus necessitou de todo o século XIX. Assim, a região, em amplas partes (com exceção do interior da China), não só deixou para trás o estágio da sociedade agrária pré-moderna, mas já se encontra no zênite da

moderna sociedade industrial e, a rigor, já está dando o salto para passar ao terceiro estágio, a saber, o da pós-moderna sociedade de prestação de serviços.

Mais impressionantes ainda são os dados relativos à economia externa. Isso não se deve só ao fato de que aí se formou uma terceira região do comércio mundial, da qual provêm 20% das exportações a nível mundial; sugestiva é, sobretudo, a velocidade com que esse processo se deu. Enquanto na década de 70 as taxas de crescimento das exportações se situavam na marca dos 10% a 30%, nos anos 80, apesar do nível de partida mais elevado, elas ainda foram de 13,1% em Taiwan, 11,5% na China e 12,2% ao ano na Coreia do Sul. A queda de 9,7% para 4,4% registrada em Hong Kong explica-se pelo fato de que, com a abertura da China, essa cidade-Estado perdeu grande parte de seu papel de porto de trânsito. Isto também se expressa no fato de que a quota de exportações de Hong Kong, que em anos anteriores sempre se encontrava no patamar dos 100%, se reduziu quase à metade. Torna-se claro, porém, que a Coreia do Sul e Taiwan, com quotas de exportação de 25,3% e 43,5% respectivamente, estão muito mais orientadas para fora do que o Japão, com sua cifra relativamente modesta de 10,7%. Essas quotas devem ser esperadas com base no tamanho diferente dos países. Espantosa é, contudo, em vista do volume de seu mercado interno, a quota de exportação de 19,7% da China, que sublinha a importância da contribuição das exportações como motor do extraordinário crescimento verificado na década de 80. Autores neoclássicos usam esses dados para corroborar sua argumentação de que uma estratégia voltada para o mercado mundial, de acordo com as respectivas vantagens comparativas, teria mais perspectivas de êxito do que uma estratégia voltada puramente para o mercado interno. Assim, a Coreia do Norte e a Mongólia, para as quais quase não se dispõe de dados comparáveis, são tão nitidamente inferiores aos outros países devido ao seu extremo isolamento.

3 - Comparação entre os modelos de desenvolvimento ocidental e oriental

Visto que uma corrente substancial das publicações citadas no início deste texto examina a pergunta se existe um modelo de desenvolvimento do Leste da Ásia — que não só rivaliza com o modelo ocidental, mas, entretanto,

também possui, em lugar deste, uma função orientadora para outras regiões do Mundo —, parece fazer sentido contrapor ambos os modelos em seus traços fundamentais. Isto, porém, ocorre não só para destacar, através de tipos ideais, a lógica diferente em cada caso, mas também para deixar claro que a formulação de um modelo oriental de modo algum deixa de ter contradições; ou seja, aí também atuam maciçamente projeções ocidentais. Já é significativo o fato de que o tema Oriente sempre foi tratado — pela primeira vez por Aristóteles, mais tarde, no iluminismo francês, por Montesquieu, passando por Hegel, Marx, Weber e Wittfogel e estendendo-se até a teoria norte-americana da modernização — sob o questionamento contrastante que pergunta quais fatores sociais e culturais devem ser responsabilizados pela circunstância de que no Oriente "despótico" não ocorreu a modernização segundo o modelo ocidental. Nessa questão, atribuiu-se um efeito prejudicial justamente ao confucionismo, ao mesmo confucionismo ao qual, desde que a modernização no Leste da Ásia não mais pode ser negada, seria inerente um particular potencial promotor do desenvolvimento. Aqui deve ser mencionada, em especial, a interpretação oposta dos sinólogos diante do pano de fundo das sempre fracassadas tentativas de modernização feitas na China (confucionismo como obstáculo) e dos japonólogos sobre o pano de fundo da precoce, rápida e bem-sucedida modernização do Japão (confucionismo como estímulo).

Por isso, o panorama que se segue — esquemático e reconhecidamente eclético — tem também a finalidade de destacar a arbitrariedade e o caráter crassamente contraditório dos diversos modelos teóricos de explicação. Distingue-se uma dimensão econômica, política e cultural de ambos os "modelos", sendo que, para o Oriente, se contrapõem, dependendo do enfoque e da posição teórica dos autores, avaliações positivas e negativas dos distintos elementos.

ECONOMIA

Ocidente - mercado, divisão de trabalho, investimentos produtivos, elevações reais de salário, crescimento do mercado interno, consumo de massa.

Oriente

Prejudicial - mercado mundial, transferência de excedentes, troca desigual, *terms of trade* negativos, nova divisão internacional do trabalho,

consumo de bens de luxo, fuga de capitais, modo de produção asiático, renda ao invés de lucro.

Favorável - divisão internacional do trabalho, vantagens comparativas, crescimento das exportações, desregulamentação, orientação segundo ciclos de produtos.

ESTADO E INSTITUIÇÕES

Ocidente - desfeudalização, libertação dos agricultores, cidades livres, separação de Igreja e Estado, liberalismo, separação dos poderes, democracia, mobilização social, participação, contrapoder, segurança jurídica, relações regidas por contratos, propriedade privada, liberdade da ciência.

Oriente

Prejudicial - despotismo oriental, burocratismo, arbítrio, união pessoal de governante e sumo sacerdote, classes estatais com interesse em rendas, autoprivilegiamento, corrupção, não-realização de reforma fundiária.

Favorável - Estado burocrático de desenvolvimento, condução administrativa, neomercantilismo, corporativismo, relação dialética entre indivíduo e comunidade, recrutamento da elite através de provas de admissão, pesquisa aplicada, reforma fundiária.

CULTURA E IDÉIAS

Ocidente - ética protestante (incerteza da salvação), iluminismo, racionalismo, individualismo, universalismo, disposição para correr riscos, disposição para inovações, empatia, princípio do desempenho.

Oriente

Prejudicial - confucionismo, budismo, etc., fatalismo, formalismo na aprendizagem, enfoque holístico, receio de assumir responsabilidade, mentalidade entesouradora, expectativa de lucro a curto prazo, falta de criatividade individual, nepotismo grupal, investimento em posição social devido à insegurança jurídica, manter as aparências, mérito ao invés de desempenho.

Favorável - neoconfucionismo, ética de samurai, familismo, particularismo, etnocentrismo, orientação pelo grupo, simbiose de concorrência e consenso, ética intramundana, ética da responsabilidade, orientação pela formação e/ou educação, disciplina de aprendizagem, ética do trabalho e da poupança, pragmatismo.

Enquanto para o Ocidente os grandes teóricos diagnosticaram que a formação de relações de mercado e a divisão de trabalho delas resultante teriam acarretado avanços de produtividade, excedentes crescentes, investimentos produtivos, crescimento da economia como um todo, empregos adicionais, escassez de mão-de-obra, aumentos reais de salário e, por fim, consumo de massa, afirmava-se, em contraste, exatamente o contrário em relação ao Oriente (na medida em que era entendido como parte do Terceiro Mundo).

Do ponto de vista da esquerda, a inserção nas relações de mercado mundial e a divisão de trabalho dela resultante só teriam acarretado, através de diversos mecanismos, um escoamento de excedentes. O que restou teria sido gasto de modo improdutivo em consumo de artigos de luxo ou construções suntuosas, ou teria ido parar diretamente no Exterior, em consequência da fuga de capitais. Deu-se preferência a ganhos seguros provenientes de rendas em detrimento de lucros arriscados, mas promotores de inovações e investimentos. Esse argumento, aliás, é partilhado por autores neoclássicos. Nos casos em que, ainda assim, houve industrialização, tratar-se-ia apenas da transferência para o Exterior de fabricação intensiva em termos de salário, sem que a isso estivesse associada uma montagem de estruturas de produção coerentes e auto-sustentadoras. Em contraposição a isso, os neoclássicos argumentam que justamente a inserção numa divisão de trabalho internacional de acordo com as respectivas vantagens comparativas teria acarretado um crescimento das exportações e uma acumulação adicional de capital. A retirada do Estado da economia (desregulamentação) e uma simultânea mobilidade ascendente em direção a processos de fabricação mais exigentes, de acordo com o ciclo de produtos, seriam a continuação lógica do êxito inicial.

No nível do Estado e das instituições políticas, os elementos essenciais do modelo ocidental seriam: desfeudalização precoce, libertação dos agricultores e reformas fundiárias, a separação de Igreja e Estado, a implementação do liberalismo, da separação dos poderes e da democracia e, como resultado disso, segurança jurídica, relações regidas por contrato e propriedade privada, por um lado, e participação política, bem como o estabelecimento do con-

trapoder sindical, por outro. Em contraposição, no Oriente observar-se-iam a continuação do despotismo oriental com base no modo de produção asiático, arbitrariedade e insegurança jurídica, corrupção e nepotismo, união pessoal de governante e sumo sacerdote e, em consequência, a não-realização de reformas fundiárias, propriedade privada apenas limitada e nenhuma democratização. Pelo menos, porém, haveria continuamente no poder classes estatais cujo interesse estaria direcionado tão-só para a maximização das rendas e para o autoprivilegiamento, mas não para investimentos produtivos de capital. Em contraposição a isso, sob um ponto de vista positivo, atribui-se o papel decisivo justamente à onipotência estatal sob o signo do Estado de desenvolvimento burocrático e sua condução administrativa do setor privado, bem como ao amplo controle (neomercantilista) do comércio exterior. O Estado de desenvolvimento burocrático e os elementos corporativistas da sociedade complementar-se-iam de maneira ideal. Um sistema de recrutamento da elite mediante provas de admissão, a ausência de livre acesso aos resultados da pesquisa científico-técnica, a formação dentro das empresas e outras normas particularistas de comportamento seriam instituições para a mobilização máxima do capital humano.

No nível cultural e ideativo, as variáveis explicativas no Ocidente são: o protestantismo, que levaria a um ascetismo e a uma ética do trabalho especiais, resultantes da incerteza da salvação, e o iluminismo; o racionalismo e o individualismo burguês associados a valores universalistas e culminando na formação do empreendedor disposto a correr riscos e com gosto por inovações. Em contraposição a isso, fariam parte da essência do confucionismo um formalismo na aprendizagem, receio de assumir responsabilidade, mentalidade entesouradora, falta de criatividade individual, um acentuado nepotismo grupal e outras propriedades inibidoras do desenvolvimento. O fato de que, inversamente, também o confucionismo, ou o neoconfucionismo — em especial se, como no Japão, está associado a uma ética de samurai —, exibiria propriedades positivas e, portanto, promotoras do desenvolvimento fica claro a partir da listagem contrária, que não é difícil de formular: familiarismo (China) ou orientação pelo grupo (Japão); relação com o pré-confucionismo em contraposição ao budismo, ao islamismo, ao hinduísmo e a outras religiões orientais promotoras do fatalismo; ética da responsabilidade, orientação pela formação e/ou educação, disciplina na aprendizagem, pragmatismo, ética do trabalho e da poupança e uma aceitação quase natural de orientações prévias do Estado por parte da população.

Em outras palavras, os argumentos usados para explicar por que o Oriente teria produzido propriedades particulares inibidoras ou promotoras do desenvolvimento resultam de certa arbitrariedade e, na tradição teórica das ciências sociais do Ocidente, dependem fortemente da circunstância de se querer explicar *a posteriori* tentativas de modernização fracassadas ou bem-sucedidas. Querer derivar modelos sérios desse resultado e ainda transferi-los para outras regiões do Mundo parece mais do que apenas problemático, é, sim, quase tolo. Significativamente, os próprios autores do Leste da Ásia quase não propõem modelos teóricos de explicação, ainda mais que, por causa de seu enfoque holístico, o pensamento analítico-classificatório do Ocidente lhes é um tanto estranho.

Por isso, vai-se apresentar aqui um processo de modernização no Leste da Ásia que talvez contenha menos profundidade teórica, mas que, em compensação, possui maior plausibilidade e, sobretudo, não é contraditório, deixando claro que se deve excluir estritamente a possibilidade de transferência para outras regiões do Mundo como se ele fosse um modelo, porque, em especial, os pressupostos culturais e político-institucionais não estão dados.

4 - A modernização do Leste da Ásia numa perspectiva histórica

As exposições habituais do processo de modernização no Leste e no Sudeste da Ásia começam, em regra, com o Japão após a restauração Meiji, no ano de 1867. Elas examinam a questão de por que as tentativas contemporâneas e posteriores de modernização da China fracassaram repetidamente; passam, então, aos países emergentes da primeira geração (Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coréia do Sul), que, desde o início da década de 60, apresentam taxas de crescimento exorbitantes; contrastam-nas com os programas de modernização e industrialização implementados sob o signo do socialismo na China, na Coréia do Norte e no Vietnã; depois, voltam-se à segunda geração de países emergentes (Malásia, Tailândia e Indonésia), terminando com a política de abertura e modernização da China dos anos 80.

Assim, um modelo convencional do processo teria a forma apresentada no Quadro 1.

Quadro 1

Modelo convencional do processo de modernização no Leste da Ásia

DISCRIMINAÇÃO	CAPITALISTA	SOCIALISTA
Desde 1870.....	Japão	—
Desde 1930.....	—	Mongólia Exterior
Desde 1950.....	Hong Kong	China (na totalidade)
	Taiwan	Coréia do Norte
Desde 1960.....	Coréia do Sul	—
	Cingapura	—
Desde 1970.....	Malásia	—
	Tailândia	—
	Indonésia	—
Desde 1980	Costa meridional da China	—

Esse esquema merece ser criticado em vários sentidos, pois só atina com a verdadeira questão de maneira muito superficial. Ele oculta o processo de desenvolvimento autóctone, por exemplo, da época tardia dos Tokugawa no Japão ou da época inicial dos Ming na China, e nega as múltiplas influências promotoras do desenvolvimento provenientes do Ocidente desde o início da era moderna, que, mesmo só tendo ocorrido de modo puntiforme, deixaram marcas profundas até hoje. Ele oculta, além disso, o papel ambivalente do imperialismo japonês entre 1895 e 1945, não tematiza a importância fundamental do conflito Leste-Oeste após 1945 e, sobretudo, parte de uma centralização no Estado, que faz de conta que a modernização seria, em cada caso, um processo global que se desenrola no marco das fronteiras nacionais. De fato, acontece que, assim como na Europa Ocidental, também no Leste da Ásia o processo de modernização só se torna compreensível a partir de uma perspectiva regional que destaque as múltiplas influências e redes que ultrapassam fronteiras, bem como a dinâmica particular que fez com que, dentro de distintos países, surgissem núcleos de crescimento e ilhas de modernização em meio a um interior quase intocado. Se é que se pode falar de um processo global, isso se aplica com maior probabilidade ao Japão, desde a época Meiji, e, depois, mais uma vez a Taiwan, desde a década de 50, e à Coreia do Sul, desde os anos 60.

4.1 - O sistema dos portos livres ou abertos

Uma análise com enfoque histórico começa com a chegada dos europeus como consequência do Tratado de Tordesilhas (1493), que dividiu o Hemisfério Ocidental e o Oriental do Novo Mundo entre as potências católicas Espanha e Portugal. Em decorrência disso, os portugueses buscaram o caminho marítimo para a Índia ao longo da costa da África, dobraram o Cabo da Boa Esperança, alcançaram a Índia e, de lá, o Sudeste e, por fim, o Leste da Ásia, enquanto os espanhóis navegaram na direção do oeste. Essa divisão viria a ser uma maldição para a América, mas antes uma bênção para a Ásia. Ocorre que a penetração do Ocidente no Leste e no Sudeste da Ásia aconteceu segundo um modelo diferente do que foi implementado nas Américas do Norte e do Sul, porque os dois atores mais importantes no início, primeiro Portugal e depois os holandeses, que faziam concorrência aos portugueses, não dispunham dos mesmos recursos de poder e excedentes populacionais que a Espanha e a rival Inglaterra. Desse modo estes últimos subjugaram o Hemisfério Ocidental de modo global, destruíram as culturas superiores autóctones e dizimaram sua população, para, então, explorar as terras através de uma emigração colonizadora. Em contraposição a isso, os interesses dos portugueses e dos holandeses estavam mais voltados para o comércio, e, para essa finalidade, era suficiente estabelecer bases localizadas na costa, para, a partir daí, colaborar com comerciantes e potentados autóctones.

Quando, então, no século XIX, a Inglaterra havia se tornado a potência dominante também na Ásia, na metrópole o liberalismo já se impusera politicamente, de modo que, até o final do século, os ingleses perseguiram mais uma política de imperialismo de livre comércio do que uma política de colonização formal. Esta só foi retomada a partir do final do século passado, como consequência da crescente concorrência entre as superpotências imperialistas.

A forma jurídica da colonização da Ásia, através da fundação de cidades portuárias com função de entreposto, era bem diversa, havia: verdadeiras colônias portuárias como parte integrante da metrópole; os chamados portos livres ou abertos (*treaty ports*), nos quais se concediam aos estrangeiros o direito de se estabelecerem e outros privilégios extraterritoriais; áreas de arrendamento com prazo de utilização variável; concessões para a instalação de feitorias, que só permitiam um contato muito restrito com o país hospedeiro; ou simplesmente cidades costeiras através das quais se fazia o comércio

exterior do respectivo país e que, por isso, estavam particularmente expostas a influências estrangeiras. Até capitais de verdadeiras colônias, como Batávia na Índia Holandesa ou Manila nas Filipinas, devem, devido à sua função estruturante, ser enquadradas nessa categoria.

Comece-se bem no sul da região e desconsidere-se o sistema de *treaty ports*, que pode ser observado também no Oceano Índico. Na via de Malaca, que estava localizada entre a Península Malaia e Sumatra e era a mais importante passagem marítima entre o Oceano Índico e o Mar da China, foram instaladas, sucessivamente, importantes bases. Primeiro, pelos portugueses em Malaca (1511) — originalmente fundada por malaio; em 1641, holandesa; em 1824, britânica —, depois pelos holandeses em Penang (em 1786, britânica) e, por último, pelos ingleses em Cingapura (1819). A partir dessas bases, servia-se a região circunvizinha e controlava-se o comércio que passava pela via de Malaca. Em Java, o porto de transbordo central era Batávia (a partir de 1610, hoje Jacarta), embora Surabaia (1677) e Padang (1659), em Sumatra, tenham alcançado certa importância. Em Siam (hoje Tailândia), esse papel era desempenhado, desde a abertura do país em decorrência do Tratado de Bowring de 1855, pela Cidade de Bangkok, localizada na costa, e não mais pela antiga capital Ayutthaya, situada no Interior do país. Nas Filipinas espanholas, Manila (1521) era o ponto final e, ao mesmo tempo, ponto de transbordo para o comércio transpacífico com Acapulco, na costa pacífica do México. Para a Indochina, Saigon (1867) e Haifong (1884) adquiriram essas funções desde a colonização francesa.

Na China, foi inicialmente no Delta do Rio Pérola — que possuía uma importância estratégica semelhante à da extremidade da Península Malaia — que os portugueses se apossaram de Macau (1557) e o transformaram no ponto de partida de sua rede de comércio com o Extremo Oriente, a qual se estendia até o Japão. No final do século XVIII, a vizinha Cantão substituiu Macau em sua função; embora se permitisse aos estrangeiros instalarem feitorias, só lhes foram concedidos direitos de permanência e de comércio limitados a certas épocas do ano e rigorosamente regulamentados. Após a Primeira Guerra do Ópio (1842), então, a ilha de Hong Kong, situada em frente ao Delta, assumiu a função de depósito. Mais importante, porém, tornou-se, desde meados do século XIX, a cadeia dos portos livres situados na costa da China e ao longo do curso inferior do Yangtze até Hankow; dentre eles, Xangai, por causa de sua localização favorável em termos de trânsito junto à foz do Yangtze, adquiriu importância central, ultrapassou Cantão e, como maior

enclave ocidental na China (antes de Tientsin e Hankow), com sua Colônia Internacional e com as concessões francesas, tornou-se o porto aberto por excelência na Ásia. Devem-se mencionar também as posteriores colônias portuárias (por exemplo, Tsingtao em Shantung, adquirida pelo Império Alemão em 1897) e as áreas de arrendamento, como Port Arthur/Dairen (1898), situado na extremidade meridional da Manchúria e arrendado aos russos, as quais só foram fundadas na virada do século.

No Japão, por fim, foi inicialmente em Nagasaki que os holandeses (1641) puderam praticar o comércio numa ilha artificial, situada em frente à costa, a Ilha de Deshima, sob condições restritivas semelhantes às quais os ingleses estavam sujeitos em Cantão. Apenas um navio por ano mantinha a ligação com Batávia. A partir da abertura do país subsequente ao Tratado de Kanagawa, em 1854, foram instalados portos livres segundo o modelo de Xangai; destes, Yokohama, diante de Kobe, e Nagasaki, por causa de sua proximidade com Edo (Tóquio), adquiriram importância especial.

Desses portos livres ou *old trading cities*, só resta hoje Hong Kong em sua forma original; essa cidade, assim como Cingapura, sempre é designada erroneamente na bibliografia como *newly industrializing country* (NIC). Mesmo que o estabelecimento dessa rede de cidades portuárias tenha se estendido por vários séculos, que a respectiva forma jurídica fosse distinta e que as potências coloniais se alternassem, o processo subjacente foi muito semelhante em toda parte. O Ocidente exercia pressão militar ou diplomática, abria o país para o comércio (e para a missão), fundava uma cidade portuária com localização vantajosa em termos de geografia do tráfego ou recebia o direito de se estabelecer num porto já existente. Este era ampliado, transformando-se em base militar e entreposto para o comércio com o interior ou com outras cidades portuárias próximas e em ponto nodal para o comércio ultramarino com a Europa ou a América. Em consequência disso, estabelecia-se inicialmente uma pequena classe alta proveniente do Ocidente e formada por funcionários da administração, militares, missionários, comerciantes, armadores e banqueiros. Em sua esteira, seguia-se então, quase em toda parte, uma espécie de segunda colonização, a dos emigrantes provenientes do sul da China, que afluíam para a cidade portuária, aproveitando, por sua vez, a oportunidade criada pela abertura e estabelecendo-se como pequenos comerciantes e industriais, mas muitas vezes também como intermediários entre os aborígenes e os estrangeiros vindos do Ocidente. Algo semelhante, aliás, pode ser constatado em relação aos movimentos migratórios de indianos na bacia do Oceano Índico.

Como consequência desse processo de estabelecimento, formavam-se ilhas de modernização com uma infra-estrutura completa, talhada para as necessidades dos estrangeiros do Ocidente: instalações portuárias e armazéns, ligações ferroviárias e telegráficas, eletricidade, gás, rede de água e esgoto, fábricas para o primeiro processamento dos bens de exportação, mas também prédios comerciais e residenciais, bancos e hotéis, revistas e editoras, escolas, hospitais e universidades. Estas últimas eram, em regra, fundadas pelas diversas sociedades missionárias e ordens religiosas. Deve-se salientar, também, a modernização institucional, que se expressava em métodos ocidentais de comércio e financiamento, na segurança jurídica, nas relações regidas por contratos e na proteção militar e policial. Ocorre que os portos livres, com sua infra-estrutura, não serviam apenas aos estrangeiros do Ocidente ou aos chineses que vinham depois, mas exerciam ainda uma função de magneto para os nativos. Nesses portos, a população rural excedente e desarraigada encontrava trabalho em atividades subalternas (trabalhadores portuários, empregados domésticos, etc.). A classe alta local buscava, especialmente em tempos de turbulência na política interna (por exemplo, a Revolta dos Taiping na China), a proteção e a relativa segurança dos postos avançados ocidentais. Isso se aplicava igualmente a abastados proprietários de terra, que investiam seu capital nas concessões, bem como aos intelectuais e, assim, à contra-elite em potencial, que gostavam de recorrer às instituições de formação das missões, familiarizaram-se com idéias ocidentais e também desenvolveram uma vida intelectual e artística própria nos portos abertos.

Outro efeito foi o estabelecimento de redes que partiam dos portos livres e, muitas vezes, faziam com que as cidades portuárias, ultrapassando fronteiras nacionais, entrassem num contato econômico e cultural mútuo mais estreito do que o contato que mantinham com o interior de seu respectivo país. Os agentes desse processo eram, em especial, as companhias comerciais, que dispunham de monopólios na era do mercantilismo; delas, as mais famosas eram a Companhia Holandesa e a East-India Company, inglesa. Mencionam-se, apenas a título de exemplo, o comércio português entre Goa (Índia), Malaca (Malaia), Macau (China) e Nagasaki (Japão); o holandês entre Penang (Malaia), Batávia (Java) e Nagasaki; o espanhol entre Manila (Filipinas) e Acapulco (México); e o britânico entre Calcutá (Índia), Colombo (Ceilão), Cingapura (Malaia), Hong Kong, Xangai, Hankow e Tientsin (todas na China). Além disso, havia verdadeiras conexões triangulares, mediante as quais regiões situadas a longa distância umas das outras foram colocadas em

contato e dinamizadas. Destaca-se, como exemplo, a mineração de estanho feita pelos ingleses na Malaia. Como mineiros, não foram empregados malaios, mas, sim, cules chineses trazidos mais ou menos voluntariamente do sul da China. Sua alimentação era assegurada pela produção de arroz da Tailândia. O arroz produzido por agricultores tailandeses era intermediado por comerciantes e proprietários de moinho chineses que haviam se estabelecido em Bangkok, por um lado, e em Penang ou Cingapura, por outro. A partir desse *background*, explica-se, por exemplo, a presença de chineses, forte até hoje, em Bangkok, Cingapura, Penang e outras partes da Malásia.

Os efeitos a longo prazo do sistema de portos abertos devem, portanto, ser avaliados como ambivalentes. Por um lado, a penetração do Ocidente, imposta pela força das armas, foi sentida como humilhação e serviu à exploração colonial. Ao mesmo tempo, porém, ela também representou um desafio e um impulso modernizador, que desencadeou processos de aprendizagem. Este é um nexo que se pode verificar sem dificuldade no fato de que, atualmente, quase todas as metrópoles do Leste e do Sudeste da Ásia remontam a portos livres ou cidades com função de porto aberto. Regiões de crescimento acentuado com zonas econômicas especiais, como a extremidade da Península Malaia, o Delta do Rio Pérola, a foz do Yangtze, a Grande Bangkok e a Grande Jacarta, têm, todas elas, esses antecedentes. Até mesmo no caso do Japão (por exemplo, as regiões metropolitanas de Yokohama, Kawasaki e Tóquio), isso ainda pode ser verificado de forma mais atenuada.

Também os programas de modernização precoces, promovidos pelo Estado nos três países não colonizados — Japão, China e Siam (hoje Tailândia) —, receberam nítidos impulsos do modelo dos portos abertos, tendo sido influenciados pelas idéias, ciências, tecnologias e instituições ocidentais que lá entraram. Isso é mais espantoso porque os portos livres apresentaram uma importância, uma duração e uma intensidade de modernização muito diversas de país para país. Desconsiderando-se Nagasaki, no Japão essa fase durou apenas cerca de 50 anos, pois, desde o início do século XX, o Japão conseguiu suspender novamente os tratados desiguais e os direitos extraterritoriais. Na China, onde a abertura aconteceu mais ou menos 10 anos antes, o processo de suspensão começou após a Primeira Guerra Mundial e só foi concluído formalmente em 1943. No restante da região, isso aconteceu apenas com a descolonização, entre 1945 e 1960, de modo que Hong Kong, de fato, restou como último e, hoje, mais brilhante porto aberto.

4.2 - O Japão da época Meiji

O Japão, mencionado na bibliografia especializada opcionalmente como o último país industrializado ou como o primeiro país em desenvolvimento, deverá ser tratado aqui apenas tangencialmente, embora merecesse nessa passagem um tratamento extenso e sistemático, devido à sua influência formadora sobre a região. Afinal de contas, foi desde o último quarto do século XIX, o mais tardar desde a década de 20, que se tornou também um país emergente, se se tomar por base os indicadores atuais da discussão em torno dos países emergentes.

Em todo caso, o Japão foi o primeiro país que efetuou sua modernização e sua industrialização de forma global e, em grande parte, por suas próprias forças, ainda que na época tenha "aprendido" com o Ocidente de modo muito sistemático e abrangente. Já na época dos Tokugawa, apesar do isolamento prolongado e lá particularmente hermético, a ciência ocidental (e isso, no Japão, significava holandesa) e os conhecimentos sobre o que acontecia no Mundo tinham entrado no país através do fundo de agulha de Nagasaki e sido traduzidos para o japonês. Ora, por ocasião da abertura, que ocorreu sob condições de violência semelhantes às que se verificaram na China e foi selada com o Tratado de Kanagawa em 1854, o qual concedeu aos estrangeiros o direito de se estabelecerem no país e baixas tarifas alfandegárias, já tinha acontecido uma mudança social interna.

Isso foi possível porque o Japão, ao contrário da China, não era uma sociedade burocrática, mas, antes, uma sociedade feudal segundo o modelo europeu, contando com um poder central fraco. Quem estava no poder não eram funcionários com formação literária, mas, sim, a *noblesse d'épée* (nobreza da espada). Assim, após uma breve guerra civil, da qual os estrangeiros participaram em ambos os lados, fornecendo armas, a parte reformista dos dáimios conseguiu impor-se contra o xogunato conservador, cuja legitimidade estava mais enfraquecida ainda por causa da humilhação infligida pelo Ocidente. A política reformista iniciada em 1868 na esteira da restauração Meiji, porém, também foi possível porque o Japão, no auge do imperialismo de livre comércio, se tornara vítima da cobiça ocidental, quando os sinais não apontavam um autêntico apossamento, mas, sim, apenas uma abertura ao comércio exterior. Numa época anterior, possivelmente também o Japão não teria sido poupado do destino da colonização.

No Japão, a abrangente modernização do país foi verdadeiramente encenada por uma burocracia que se estabelecera há pouco. Esta foi a hora de nascimento do Estado burocrático de desenvolvimento, que podia operar com

relativa autonomia. Suas características eram (e são): coordenação central da economia, planejamento a curto e a longo prazo por parte da burocracia, grande flexibilidade em relação à entrada e à saída de ramos da indústria, concentração do capital privado em grandes conglomerados (em japonês, *zaibatsu*; em coreano, *chaebol*; em chinês, *caifa*), exclusão e exploração dos trabalhadores, militarização das relações trabalhistas. Os nobres proprietários de terras foram desapropriados mediante indenização, os samurais foram indenizados por meio de estipêndios de arroz e substituídos por um exército recrutado por meio de um serviço militar obrigatório. A antiga renda fundiária foi inicialmente empregada, em forma de imposto agrário, para financiar os gastos do Estado na área da infra-estrutura e da indústria (sobretudo fábricas de armamentos). Especialistas foram trazidos do Exterior, comissões de especialistas e estudantes japoneses foram enviadas ao Exterior, para levar a efeito uma abrangente adoção de instituições (constituição, sistema judiciário, ensino escolar obrigatório, universidades, etc.) e tecnologias ocidentais.

Nisso tudo, motivos políticos estavam em primeiro plano, já que se visava, antes de mais nada, apagar a ignomínia da humilhação por parte do Ocidente e a queda no prestígio internacional a ela associada. Havia-se reconhecido muito bem que a superioridade do Ocidente deveria ser buscada na superioridade de seu método econômico, de suas ciências naturais e de sua tecnologia; em consequência, era necessário, inicialmente, apropriar-se delas, se se queria atingir um nível igual (em termos militares). Embora o capital privado — particularmente em forma dos *zaibatsu*, que remontavam às casas comerciais dos comerciantes de Osaka de antes da época Meiji — fosse promovido, os burocratas, junto com os militares, se reservaram o controle. Depois de um período inicial, as empresas fundadas pelo Estado foram privatizadas. Exportações de produtos industriais leves, sobretudo de seda, serviram inicialmente para financiar as importações de equipamentos. Os EUA tornaram-se, desde o começo do século XX, rapidamente o mais importante mercado comprador.

4.3 - As hesitantes tentativas de modernização da China

Na China, o chamado movimento de autofortalecimento, iniciado mais ou menos em 1860, fracassou por causa da resistência da maioria do mandarinato e dos círculos conservadores da corte de Pequim. O pressuposto fundamental

para uma implementação coerente teria sido um consenso da classe dominante, que não pôde ser conseguido. Diferentemente do Japão, que havia aprendido com o exemplo chinês, a China tentou resistir militarmente, mas sem êxito, à abertura e teve que aceitar, a partir de 1842, uma série de tratados desiguais, que não eliminaram a soberania do Governo Imperial, mas a limitaram amplamente, sobretudo na área da economia externa. Acresceu-se a isso a debilidade interna em consequência de diversas revoltas, dentre as quais a dos Taiping, que quase conseguiu derrubar o Governo Imperial, se este não tivesse sido ajudado pelo Ocidente. Decisivo, porém, foi provavelmente o fato de que para a elite chinesa, ao contrário da japonesa, era inconcebível aceitar realmente a superioridade do Ocidente, pelo menos em sentido material, e fazer, em grande estilo, empréstimos institucionais e técnicos, já que ela continuava se considerando, como há 2000 anos, o centro do Mundo.

Assim, na China, a modernização ficou restrita, no século XIX, aos portos abertos; estes, porém, cobriram com uma rede densa toda a costa e as mais importantes vias fluviais do Interior. Desde a virada do século, a China tornou-se, ao lado da África, o segundo palco da fase principal do imperialismo (cerca de 1880 a 1914), com a consequência de que o país foi mais ou menos dividido pelas potências estrangeiras em esferas de influência, nas quais elas reclamavam o direito exclusivo de desenvolver atividades econômicas. Além disso, o pagamento de juros e a amortização de diversos créditos que o Governo Central tinha tomado no Exterior, bem como as consideráveis contribuições decorrentes do esmagamento da Revolta dos Boxers, acarretaram uma sangria financeira considerável, que deixava pouca margem para investimentos próprios com vistas à modernização.

4.4 - O império colonial japonês

A próxima e particularmente importante etapa para se entender o atual fenômeno dos países emergentes é a ampliação do império japonês, que se deu em várias guerras de conquista. Dele faziam parte Taiwan desde 1895, a Coreia desde 1905, Karafuto (Sacalina meridional) e a extremidade meridional da Manchúria, em que a influência russa foi desfeita passo a passo e as concessões russas foram assumidas, até que, com o desligamento das províncias do nordeste do território da federação chinesa e com a fundação do Estado

japonês títere de Manchúcuo desde 1932, a influência japonesa se completou lá. Com o início da guerra contra a China, em 1937, e com a ocupação de grande parte do núcleo do território chinês, também os portos livres, nos quais o Japão já possuía direitos antes, passaram ao controle japonês.

Os motivos do Japão para esse colonialismo atrasado eram, por um lado, o desejo de se igualar ao Ocidente também nesse sentido e, por outro, o de complementar a insuficiente base de matérias-primas e alimentação da metrópole. Dessa situação caracterizada por duas frentes — exploração e opressão da própria periferia e recuperação do atraso em relação ao Ocidente — resultou uma política muito particular, única na história do colonialismo, de valorização sistemática dos territórios dependentes. O Japão não se contentou com uma penetração periférica, mas fez investimentos de grandes dimensões na infra-estrutura (portos, ferrovias, abastecimento de energia), na agricultura (sistema de cadastros, sistemas de irrigação, fábricas de adubos, sistema de assistência técnica), na mineração e até na indústria, inclusive em toda a gama de produtos da indústria pesada. Acresceram-se a isso medidas institucionais que seguiam o mesmo modelo aplicado na metrópole no último quartel do século XIX, ou seja, reforma fundiária, estruturação da administração local, sistema de ensino escolar fundamental, etc. Tudo isso, entretanto, foi acompanhado por uma japonização radical e muito violenta, que se expressava na política educacional, na política lingüística e até na escolha de nomes, bem como num regime de opressão política muito duro. O Japão, portanto, não se contentou com um domínio informal segundo o modelo ocidental, que sempre buscava colaborar com os potentados locais, mas enviou, em grande estilo, pessoal próprio, também dos escalões inferiores, para a administração, a polícia, o serviço secreto, o exército, e, ainda, engenheiros e gerentes, bem como agricultores, que deveriam desbravar especialmente a Manchúria para o cultivo de arroz.

Dessa maneira, Taiwan foi transformado num produtor de excedentes agrários (arroz e açúcar). Do sul da Coreia, provinham produtos da agricultura e da indústria leve, e, do norte, produtos da mineração (metais leves e não ferrosos), das usinas hidrelétricas e da indústria química, que eram encaminhados para um complexo de indústria pesada situado na Manchúria, o qual, além da mineração de carvão e minério, também compreendia a indústria metalúrgica, a construção de máquinas e de veículos. O chamado Bloco do Iene, estabelecido dessa maneira, aspirava a uma economia amplamente auto-suficiente, que abrangia uma extensa região, sendo que as centrais de comando em Tóquio dirigiam uma divisão de trabalho intra-regional totalmente

direcionada para as exigências militares, que visavam cimentar a pretensão do Japão de ser uma superpotência. As conquistas posteriores na China e os avanços para o Sudeste da Ásia na esteira da Guerra do Pacífico tinham a finalidade de cobrir as lacunas que restavam na base de matérias-primas (principalmente algodão, petróleo, borracha e metais não ferrosos).

Os dados da Tabela 2 documentam toda a extensão da exploração colonial.

Tabela 2

Evolução da população no Japão, na Coreia, em Taiwan, na Manchúria e no Bloco do Iene - 1872-1944

(milhões hab.)					
ANOS	JAPÃO	COREIA	TAIWAN	MANCHÚRIA/ /MANCHÚCUO	BLOCO DO IENE
1872	34,8	...	...	4,5	...
1875	35,3	...	...	...	...
1880	36,6	...	...	...	...
1885	38,3	...	...	(1) 5,2	...
1890	39,0	...	...	...	...
1895	41,6	...	...	...	(2) 44,5
1900	43,8	...	...	(3) 6,9	(2) 46,9
1905	46,6	...	3,1	...	49,7
1910	49,2	14,8	3,3	17,9	67,2
1915	52,8	16,0	3,6	(4) 19,7	72,3
1920	55,5	17,3	3,8	...	76,5
1925	59,2	19,0	4,1	...	82,3
1930	63,9	20,4	4,7	31,3	89,0
1935	68,7	22,2	5,3	...	(2) 131,1
1940	71,4	23,5	6,1	38,4	139,4
1944	73,8	25,1	(5) 6,6	...	(2) 148,0
Crescimento de 1910 a 1940 (%)	1,25	1,57	2,06	2,57	...

FONTE: HUNDRED-YEAR STATISTICS OF THE JAPANESE ECONOMY (). Bank of Japan.

SUH Sang-Chul (). Growth and structural changes in korean Economy, 1910-1940.

HO, Samuel P.S. (). Economic development of Taiwan, 1860-1970.

CHAO Kang (). The economic development of Manchuria: the rise of a frontier economy.

(1) Dado de 1887. (2) Dado aproximado. (3) Dado de 1898. (4) Dado de 1914. (5) Dado de 1943.

Não só no Japão se verificou, entre 1875 e 1940, uma duplicação da população, que passou de 35 milhões para 74 milhões — um indício da situação cada vez mais precária do abastecimento num país pobre em recursos. Também na Coreia, ela aumentou de 15 milhões para 25 milhões entre 1910 e 1944; em Taiwan, de três milhões para 6,5 milhões; e na Manchúria, de 18 milhões para 38 milhões até 1940. Para o Bloco do lene em seu todo, isso representou uma triplicação da população, que passou de cerca de 50 milhões em 1905 para 148 milhões em 1944.

As taxas de crescimento do PNB em todo o posterior Bloco do lene foram consideráveis.

Tabela 3

Média do crescimento real anual do Produto Nacional Bruto no Japão, na Coreia, em Taiwan e na Manchúria — de 1880-940

PERÍODOS	JAPÃO	COREIA	TAIWAN	MANCHÚRIA/ /MANCHÚCUO
				(%)
1880-85	2,4	...	...	...
1885-90	4,9	...	...	...
1890-95	5,3	...	...	...
1895-900	4,1	...	...	...
1900-05	-1,2	...	...	...
1905-10	5,2	...	...	...
1910-15	4,4	7,0	(1)-0,6	...
1915-20	2,8	0,8	2,3	...
1920-25	8,0	1,9	8,8	...
1925-30	6,5	6,1	5,2	(2) 5,0
1930-35	2,7	1,9	5,4	(3) -2,7
1935-40	4,6	1,7	-1,9	(4) 9,3
1940-44	-0,2	...	...	(5) 6,8
1880-910	3,4	...	...	...
1910-40	4,8	3,2	(6) 3,2	(7) 4,1

FONTE: HUNDRED-YEAR STATISTICS OF THE JAPANESE ECONOMY (). Bank of Japan.

SUH Sang-Chul (). Growth and structural changes in the Korean economy, 1910-1940.

HO, Samuel P.S. (). Economic development of Taiwan, 1860-1970.

KANG, Chao (). The economic development of Manchuria: the rise of a frontier economy.

NOTA: Japão, PNB (despesa); Coreia, só valor líquido da produção material; Taiwan, Produto Interno Líquido; Manchúria, PIB.

(1) 1911-15. (2) 1924-29. (3) 1929-34. (4) 1934-39. (5) 1939-41. (6) 1911-40. (7) 1924-41.

O próprio Japão alcançou, entre 1880 e 1910, um crescimento real médio de 3,4% e, entre 1910 e 1940, até de 4,8% ao ano. Na Coreia e em Taiwan, as taxas atingiram 3,2%, e na Manchúria, até 4,1%. Em outras palavras, o núcleo principal do fenômeno dos países emergentes do Leste da Ásia no Pós-Guerra, incluindo a Manchúria, que faz parte dele na medida em que é estatisticamente separada da China, passou por sua "fase de decolagem" já no período entre as duas Guerras. Pode-se, inclusive, propor a tese de que o avanço industrial aconteceu ao mesmo tempo no Japão e em seus territórios dependentes entre 1910 e o fim da Guerra do Pacífico, visto que o Bloco do lene em seu todo foi coberto, de modo sistemático e planejado, com um complexo militar-industrial.

Também o processo de transformação de uma sociedade agrária numa sociedade industrial ocorreu em grande parte do Bloco do lene já a essa altura.

No Japão, a contribuição da indústria para o PNB superou a da agricultura pela primeira vez no início da década de 20.

Tabela 4

Distribuição setorial do Produto Nacional Bruto no Japão,
na Coreia, em Taiwan e na Manchúria - 1875-1944

(3)

ANOS	JAPÃO		CORÉIA		TAIWAN		MANCHÚRIA/ /MANCHÚCIO	
	Agri- cul- tura	Indús- tria (1)	Agri- cul- tura	Indús- tria (1)	Agri- cul- tura	Indús- tria (1)	Agri- cul- tura	Indús- tria (1)
1875	43,7	5,9	...	...	...	...	...	...
1910	33,1	26,3	95,5	4,5	48,1	26,4	...	...
1924	24,7	27,2	90,6	9,4	38,9	30,8	47,8	17,0
1940	18,2	40,9	71,8	29,2	33,5	36,9	33,3	(2) 20,2
1944	10,5	50,2	...	...	...	...	...	...

FONTE: HUNDRED-YEAR STATISTICS OF THE JAPANESE ECONOMY (). Bank of Japan.
SUH Sang-Chul (). Growth and structural changes in the korean economy,
1910-1940.
HO, Samuel P.S. (). Economic development of Taiwan, 1860-1970.
CHAO Kang (). The economic development of Manchuria: the rise of a
frontier economy.

(1) Só produção material, sem prestação de serviços. (2) Dado de 1941.

No auge da industrialização anterior à Segunda Guerra Mundial, mais da metade do PNB foi gerado pela indústria. Mas também na Coreia, que até a década de 20 ainda apresentava características preponderantemente agrárias, em 1940 a contribuição da indústria já chegava à metade daquela da agricultura, enquanto em Taiwan, a essa altura, a contribuição da indústria já era nitidamente mais elevada. Mesmo na Manchúria, onde o processo de industrialização tinha começado por último, sob a égide do Japão, no início dos anos 40 essa taxa já era de 20%, contra uma contribuição de 33% da agricultura.

A conclusão provisória, portanto, é a de que, no início dos anos 40, a passagem da sociedade agrária para a industrial já estava bastante adiantada também nos territórios dependentes do Japão. É claro que essa industrialização estava direcionada exclusivamente para os interesses japoneses. Deve-se considerar, porém, que, com a derrota japonesa na Guerra do Pacífico e com a independência ou reintegração das colônias, os legados japoneses devem efetivamente ser avaliados como ativo. Entretanto na Coreia, na China ou em Taiwan, em vista dos demais horrores do regime colonial japonês, esse argumento só é aceito a contragosto; nesses países, por conseguinte, isso dificulta uma análise objetiva das causas do próprio êxito.

Importantes são também as consequências políticas. A expansão do domínio japonês pela região acarretou ainda a expansão do Estado burocrático de desenvolvimento, que, através da experiência colonial, permaneceu exemplar até hoje, particularmente na Coreia. Ao mesmo tempo, destituiu-se de poder a elite autóctone proprietária de terras, que poderia ter sido um fator de permanência após 1945. E, por fim, no auge da Guerra do Pacífico, com a expansão japonesa até o Sudeste da Ásia, adentrando a esfera de influência das potências coloniais européias, questionou-se a legitimidade do domínio colonial do Ocidente e dos direitos especiais de que os ocidentais gozavam na China. Essa circunstância, além da pressão dos norte-americanos, certamente favoreceu a descolonização após 1945, mesmo que os holandeses, os franceses e os britânicos tenham tentado em toda parte restaurar sua pretensão colonial.

4.5 - Segunda tentativa na China

Na China, houve, após a consolidação do domínio do Kuomintang no ano de 1927 — o qual tinha se estabelecido ao menos no sul do país e sobretudo

no curso inferior do Yangtze, importante do ponto de vista econômico —, uma nova ofensiva de modernização, mas limitada em termos regionais. Em especial, Xangai e seu entorno devem ser mencionados nesse sentido; lá havia se constituído, sob a proteção das concessões estrangeiras, uma verdadeira burguesia chinesa, que fizera uma aliança política com Chiang Kai-chek contra os comunistas chineses. Originalmente, ela havia surgido a partir dos "compradores" (daí o termo "burguesia compradora"), portanto, a partir daqueles intermediários chineses entre firmas estrangeiras e parceiros de negócios nacionais que, em regra, tinham que desempenhar essa atividade por conta própria e com pessoal próprio.

Também a indústria chinesa em Xangai, Tientsin, Cantão, Hankow e outros portos abertos se expandiu, mas, diferentemente da industrialização pesada ocorrida na Manchúria, sua ênfase estava colocada na indústria têxtil (algodão e seda) e em outros ramos da indústria leve. A construção de ferrovias fazia progressos, de modo que, no final da década de 30, pelo menos as cidades importantes tinham conexões entre si. Devem-se mencionar ainda os generosos planos de ampliação da Cidade de Xangai — que, na época, do ponto de vista arquitetônico, era uma concentração singular das correntes estilísticas contemporâneas —, que pretendia superar em termos políticos e econômicos os territórios de concessões controlados pelos estrangeiros.

Mas essa tentativa não passou dos primeiros passos, pois, com a ocupação japonesa do país a partir de 1937 e a retirada do Governo para Chungking, o espaço de tempo era curto demais para se lograrem êxitos efetivos. As ruínas dos investimentos dos planos de ampliação de Xangai podem ser vistas ainda hoje em dia. Além disso, o KMT tinha de dedicar uma atenção considerável à guerra antiguerrilha contra os comunistas chineses, cujo partido, não inteiramente por acaso, havia sido fundado na cidade industrial de Xangai, sob a proteção da concessão francesa, e, inicialmente, também tinha lá sua base social. No norte e no oeste, o KMT dependia, após o estabelecimento de seu domínio, de uma débil aliança com os *warlords* regionais.

Decisivo, porém, deve ter sido o fato de que, na área rural, o KMT cooperava com os proprietários de terras (*landlords*) locais, e, por isso, todas as tentativas de atacar resolutamente a questão agrária foram frustradas. Assim, o Interior do país conservou as mesmas estruturas econômicas e sociais da época da China imperial. Essa é uma razão substancial de por que os comunistas chineses, depois de terem descoberto politicamente os agricul-

tores, tiveram tantas adesões no Interior durante a segunda fase da guerra civil. O fato de que a reforma fundiária não foi realizada sob o domínio do Governo chinês nacional deve ser visto como uma circunstância agravante, já que o exemplo do Japão e, mais tarde, o da Coreia e o de Taiwan tinham mostrado que uma transformação radical da estrutura agrária tinha que estar, também no Leste da Ásia, no início de toda modernização bem-sucedida. Sua não-realização nas Filipinas, onde a herança feudal da época colonial espanhola se conservou até hoje, certamente é uma razão substancial de por que as Filipinas não são contadas entre os países emergentes.

4.6 - O papel do conflito Leste-Oeste

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, foram, inicialmente, mais uma vez fatores externos que tiveram importância incisiva para o destino ulterior da região. O conflito Leste-Oeste, que tinha no Leste da Ásia seu segundo grande palco além da Europa central, dividiu a região numa zona de ocupação, influência e reforma norte-americana e em outra soviética. Os programas de democratização do país impostos pela potência de ocupação norte-americana no Japão (segunda reforma fundiária, constituição, reforma do sistema educacional, desconcentração econômica, etc.) foram estendidos à Coreia do Sul e a Taiwan. A escalada do conflito Leste-Oeste na esteira da Revolução Chinesa e da proclamação da República Popular da China em 1949, da Guerra da Coreia irrompida em 1950 e, mais tarde, da Guerra do Vietnã, na qual os norte-americanos assumiram passo a passo o papel dos franceses a partir de 1954, levaram também a um especial envolvimento econômico dos EUA, além do militar. Isso significava generosa ajuda financeira, sistema de consultoria na área de política econômica e concessão de taxas de câmbio favoráveis para as moedas japonesa, coreana e taiwanesa em relação ao dólar norte-americano, para fazer com que seus produtos se tornassem a todo o custo competitivos no mercado norte-americano. Dessa maneira, pretendia-se, através de uma industrialização voltada para as exportações, reanimar a economia dos países sob influência norte-americana, estabilizá-los politicamente na concorrência dos sistemas e desonerar a ajuda econômica dos EUA.

Inversamente, primeiro a Manchúria, Sinkiang e a Coreia do Norte e, após 1949, também toda a China passaram à esfera de influência soviética. Na

China, essa influência só foi aceita a contragosto, mas não se viu alternativa, em vista da escalada do conflito Leste-Oeste, da entrada da China na Guerra da Coreia e da questão não resolvida de Taiwan, já que as cautelosas ofertas norte-americanas iniciais haviam perdido sua razão de ser. A União Soviética, por sua vez, procurava, por motivos semelhantes aos dos norte-americanos, através de uma ajuda para o desenvolvimento efetivamente generosa em comparação com suas possibilidades na época, promover um processo que acabava numa ampla adoção do modelo soviético: coletivização forçada da agricultura, imposição de uma industrialização pesada e implantação de um abrangente aparato burocrático de comando que tinha de se guiar pelas orientações prévias de um plano quinquenal. Por trás disso, estava a pretensão soviética de possuir o modelo de ordenamento político adequado para os países do Terceiro Mundo (que, na época, ainda não eram chamados assim), o qual, no Leste da Ásia, foi experimentado pela primeira vez fora da Europa.

Por fim, não se deve subestimar também a concorrência interna de sistemas entre a Coreia do Norte e a do Sul ou entre o continente chinês e Taiwan. Depois que a confrontação militar tinha acabado com o fim da Guerra da Coreia ou com a fracassada tentativa de invasão de Taiwan pelo exército de libertação popular, a concorrência de sistemas foi continuada na esfera econômica. Os dois lados queriam demonstrar, mesmo sem a ajuda de sua respectiva superpotência, que seu modelo econômico e político era mais bem-sucedido. Também não se deveria deixar de mencionar o estouro da economia mundial que se verificou na esteira da Guerra da Coreia e da do Vietnã, que desencadeou, não só para o Japão, mas também para Taiwan e mais tarde para a Coreia do Sul, uma conjuntura peculiar de elevação da demanda impulsionada pela economia norte-americana. Para as duas cidades-Estado de Hong Kong e Cingapura, por fim, a Revolução Chinesa ou a separação da Malásia esteve associada com a perda temporária de sua função de entreposto, o que tornou necessária, também lá, uma mudança de estratégia que se afastasse da mera prestação de serviços pela qual se orientavam até então.

4.7 - O Japão no contexto da região

Com isso, chega-se às consequências desses acontecimentos da política mundial para os distintos países da região. No Japão, após uma breve fase de amplas reformas promovidas pela potência de ocupação norte-americana, o

pêndulo mudou, mais ou menos a partir de 1948, em direção a uma imposição da reconstrução econômica, pois os EUA já não podiam, como a rigor haviam tencionado, apostar na China como seu parceiro de aliança na região. Assim, num brevíssimo espaço de tempo, o antigo inimigo de guerra transformou-se no mais importante posto avançado norte-americano no Leste da Ásia. Visto que a China e a União Soviética, por enquanto, não entravam em cogitação como parceiros econômicos para o Japão, mas a notória pobreza de recursos do país era igual à existente antes da Segunda Guerra Mundial, e que os Estados Unidos estavam fortemente interessados em não mais precisar alimentar economicamente o Japão, era necessário criar condições básicas favoráveis para uma nova ofensiva de exportações japonesas segundo o modelo da década de 30.

Além de uma política de austeridade voltada para dentro, concedeu-se ao Japão, até o início dos anos 70, uma taxa de câmbio de 360 ienes por dólar norte-americano, que garantia a venda de produtos japoneses no mercado dos Estados Unidos. As matérias-primas e os suprimentos de energia necessários deveriam vir do Sudeste Asiático, onde se proporcionou ao Japão o respectivo acesso, exercendo pressão para que ocorresse uma rápida descolonização na Indonésia, na Indochina e na Malásia. O Japão, portanto, voltou muito rapidamente como comerciante a um espaço que abandonara poucos anos antes como soldado. Assim, nessa fase inicial, foram colocadas as balizas para a hodierna predominância econômica do Japão no Leste e no Sudeste da Ásia — do atual ponto de vista de alguns norte-americanos, isso foi um verdadeiro gol contra.

4.8 - China

A China, em contrapartida, experimentou o primeiro surto global de modernização a partir do início da década de 50, no qual tirou proveito dos legados japoneses em termos de indústria pesada na Manchúria e dos legados ocidentais em termos de indústria leve nos antigos portos livres. Após uma fase inicial de nacionalização e estatização das fábricas já existentes, pretendia, no marco de três planos quinquenais (1952-67), montar um núcleo de indústria pesada regionalmente diversificado, segundo o modelo soviético. Os investimentos novos e os destinados a ampliações que se faziam necessários

deveriam ser financiados pelos excedentes da agricultura. Após uma desapropriação radical, realizada sem pagamento de indenizações aos antigos latifundiários, as propriedades agrícolas foram transformadas em coletivos segundo o modelo soviético. Dessa forma, a população rural pôde ser melhor mobilizada para um emprego maciço de mão-de-obra, para substituir o capital não existente por trabalho (a chamada acumulação de trabalho), e os excedentes agrícolas puderam ser obtidos de modo mais eficiente para financiar a industrialização. Nesse processo, as relações internas de preços serviram de mecanismo de redistribuição: os preços subvalorizados de compra de produtos agrícolas pelo Estado e os preços supervalorizados de venda de produtos industriais para a agricultura.

As campanhas maoístas da esquerda radical no final da década de 50 (Grande Salto para a Frente) e durante a Revolução Cultural (cerca de 1966-76) tiveram, a despeito de todo o entusiasmo, um efeito paralisador, porque se chegara a uma mobilização excessiva da população. Ainda assim, apesar da paralisação temporária do partido e da administração, elas não conseguiram abalar substancialmente o complexo burocrático-industrial outrora estabelecido. Com o término da Revolução Cultural, ele foi restaurado e se conservou sobretudo no nordeste e na China central. Os combinados estatais permaneceram até hoje amplamente imunes a reformas, que acarretaram uma privatização na agricultura e no setor de pequenas empresas. Se elas fossem liquidadas, também o aparelho do partido e o do Estado perderiam sua legitimação.

4.9 - Taiwan

Em Taiwan, que, depois do Japão, foi o segundo país da região a passar por uma modernização global, juntou-se, a rigor, todo um conjunto de fatores com efeitos positivos. Aqui, os legados japoneses estavam praticamente intactos no fim da Guerra do Pacífico e não foram desmontados, como a União Soviética fez na Manchúria ou na Coreia do Norte, nem foram vítimas de devastações, como ocorreu na Coreia, na esteira da Guerra da Coreia.

Quando o KMT, em vista da derrota iminente na guerra civil, fugiu em 1948-49 para a Ilha de Taiwan, situada em frente ao continente, levou junto grande parte de seu aparelho burocrático e militar, para, a partir da ilha, sustentar a pretensão da existência de uma única China e a possível recon-

quista do continente. Seguiram-no, também, uma parte dos industriais de Xangai, que, com seu capital, seus equipamentos e seu *know how*, contribuíram com um elemento empresarial. As reformas que deixaram de ser feitas no continente, em especial na agricultura, podiam agora ser executadas rápida e decididamente, por um lado, para contrapor um modelo oposto ao exemplo da reforma agrária comunista e, por outro, porque o KMT, que a população taiwanesa sentia mais como potência de ocupação, não dependia mais de alianças com os proprietários de terra locais. Pelo contrário, dessa forma era possível livrar-se elegantemente da concorrência da elite local.

A agricultura, que já era altamente produtiva sob o domínio japonês, foi complementada por um beneficiamento para a exportação (indústria de conservas) — uma estratégia que, a partir de 1960, por pressão norte-americana, foi ampliada ao ponto de transformar-se numa abrangente industrialização voltada para a exportação. No período subsequente, estabeleceu-se uma divisão de trabalho entre o Estado e o setor privado, de tal forma que o Estado burocrático de desenvolvimento, seguindo o modelo japonês, era responsável por projetos de infra-estrutura e indústria pesada mais voltada para o mercado interno, enquanto as empresas privadas, incluindo muitos taiwaneses autóctones com suas firmas de pequeno e médio portes, sustentavam as indústrias de exportação propriamente ditas. Esse tipo de divisão de trabalho também pode ser documentado na República Popular da China desde os anos 80. Entrementes Taiwan percorreu o ciclo de produtos que vai da manufatura de produtos simples da indústria leve até ramos exigentes em termos de tecnologia. Úteis foram a ajuda inicial dos Estados Unidos na forma de financiamento e consultoria; a abertura do mercado norte-americano, com uma acentuada subvalorização do dólar de Taiwan em relação ao dólar norte-americano; uma distribuição de renda muito homogênea em consequência da reforma fundiária; e o sistema político, que, devido à lei marcial, era muito rígido até há poucos anos e deixava pouca margem de desenvolvimento também para sindicatos.

4.10 - Coréia do Sul

Na Coréia do Sul, por causa da Guerra da Coréia, um processo semelhante ao verificado em Taiwan só começou uns 10 anos mais tarde. Apesar de todas as semelhanças externas e internas (herança japonesa, ajuda norte-

-americana, forte motivação política de ser economicamente bem-sucedido por causa da concorrência de sistemas), deve-se acentuar como diferença essencial a proximidade muito maior com o modelo japonês de Estado burocrático de desenvolvimento. Isso se deve, por um lado, ao fato de que, diferentemente de Taiwan, não havia uma elite autóctone que rivalizasse com o regime de ocupação do KMT, de modo que, aqui, a modernização pôde ser encenada exclusivamente a partir de cima. Para isso, entretanto, foi necessário, primeiro, que o recalcitrante Governo Syngman Rhee fosse deposto por um golpe militar em 1960, e, segundo, o domínio militar estabelecido desde então sob Park Chung Hee e seus sucessores. Assim, na Coreia do Sul, os parceiros do aparelho de Estado são quase exclusivamente conglomerados (*chaebol*), segundo o modelo dos *keiretsu* japoneses.

4.11 - Hong Kong

A rigor, faz pouco sentido jogar Hong Kong (bem como Cingapura) na mesma panela junto com Taiwan e a Coreia do Sul — como se gosta de fazer nas publicações sobre os países emergentes. Em primeiro lugar, Hong Kong é uma cidade-Estado em que a questão agrária é, por natureza, um tema que não está em pauta. Em segundo lugar, ainda é uma colônia britânica, na qual, com exceção do direito de voto, estão em vigor as mesmas liberdades civis da metrópole. Em termos de segurança jurídica, liberdade de estabelecimento e liberdade industrial, imperam, portanto, condições semelhantes às que havia na época dos portos livres. E, por fim, por causa de sua função de entreposto, Hong Kong sempre foi uma *old trading city* e nunca um *newly industrializing country*.

Semelhantemente a Taiwan e à Coreia do Sul, contudo, houve influência da confrontação na esteira do conflito Leste-Oeste. Teve efeito negativo o fato de que, com a Revolução Chinesa, Hong Kong perdeu temporariamente o *hinterland* natural e, em consequência, o antigo papel como porto de transbordo e centro de prestação de serviços. Teve efeito positivo o fato de que aquela parte dos industriais de Xangai que não fugiu para Taiwan se estabeleceu em Hong Kong, para continuar a dirigir suas empresas a partir daí. Repetiu-se, portanto, o mesmo efeito de 50 ou 100 anos atrás, quando, durante a Revolta dos Taipings ou dos Boxers, chineses abastados procuraram a proteção dos portos abertos.

Por isso, junto com a crescente corrente de refugiados provenientes do sul da China e, por conseguinte, com a mão-de-obra disponível quase sem limites, foi possível, num brevíssimo espaço de tempo, reavivar em Hong Kong a antiga indústria leve de Xangai e transformar a *old trading city* num *newly industrializing country*. Isso ocorreu, entretanto, segundo o clássico modelo capitalista primitivo de proveniência britânica, pois não se percebe sequer um rudimento do papel interventor do Estado como em outros países da região. Na medida em que, desde o final da década de 70, a China se abriu e estabeleceu, diante da porta da casa de Hong Kong, zonas econômicas especiais, cujo capital de fundação provém substancialmente da colônia, este voltou também ao antigo papel de *old trading city*. Por isso, nos anos 80, Hong Kong mudou mais uma vez de direção, passando a ser um centro financeiro e de prestação de serviços, no qual diminuiu a importância relativa do componente industrial.

4.12 - Cingapura

Para completar essa análise, é preciso citar ainda Cingapura, que, erroneamente, muitas vezes é mencionada lado a lado com Hong Kong. Comuns a ambas as Cidades são a ausência da questão agrária, a tradição da segurança jurídica britânica, a imigração chinesa e a função de ponto nodal de comércio e centro de prestação de serviços. Com a independência, entretanto, Cingapura adotou o modelo do Estado burocrático de desenvolvimento em formato pequeno, que, bem diferentemente de Hong Kong, de modo algum funciona segundo os princípios liberais. Também aqui houve, após a separação política da Malásia, temporariamente o problema da perda da função de entreposto, de modo que, substitutivamente, o leme teve de ser jogado na direção da industrialização voltada para produtos de exportação. Diferentemente de países grandes, como a China, o Japão e mesmo a Coreia do Sul, para países pequenos como Cingapura, Hong Kong e Taiwan, por causa da estreiteza do próprio mercado, não existe alternativa para a exportação. O capital inicial necessário, porém, não veio de industriais emigrados de Xangai, mas, sim, de investimentos estrangeiros diretos, aos quais o Estado concedeu condições favoráveis. Com a crescente integração econômica dos países-membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ANSEA) — o

ponto de culminância é, à semelhança do Delta do Rio da Pérola, a extremidade meridional da Península Malaia com as ilhas indonésias situadas à frente —, também em Cingapura, semelhantemente ao que ocorre em Hong Kong, o centro gravitacional das atividades desloca-se mais uma vez em direção à prestação de serviços, voltando o antigo modelo da *old trading city*.

4.13 - Da Quarta China para a grande China

Para completar o quadro, precisa-se mencionar ainda os chineses que vivem no restante do Sudeste Asiático. Em 1974, suas quotas de participação na população local eram de 8,5% na Tailândia, 36% na Malásia, 72% em Cingapura, 2,5% na Indonésia e 1,4% nas Filipinas, o que corresponde a uma quota de 5,6% de toda a população dessa região. Trata-se de cerca de 50 milhões de pessoas, que dispõem de um patrimônio estimado em US\$ 250 bilhões, controlando, por exemplo, dois terços do comércio varejista da região. Elas produzem um PNB de aproximadamente US\$ 200 bilhões, que corresponde mais ou menos ao PNB do Japão em 1970 e supera nitidamente o atual PNB de Taiwan.

Esses chineses que vivem no Exterior, embora já tenham entrado no país há gerações através dos portos livres e das cidades costeiras abertas, pelas das costas das potências coloniais do Ocidente, continuam sendo discriminados, embora quase não dominem mais a escrita chinesa e, em muitos casos, tenham abandonado seus nomes chineses e tenham casado com membros de famílias autóctones. Os critérios para uma identidade chinesa definida em termos étnicos não são a língua, o local de nascimento ou o nome, mas, sim, a definição por um entorno latentemente hostil e pela tradição de costumes e valores chineses, bem como pela persistente continuação de relações de clã. Desde a independência das antigas colônias, em toda parte os chineses não podem ser servidores públicos nem prestar serviço militar, não podem adquirir terra para praticar a agricultura e também não podem se envolver no setor de matérias-primas (particularmente importante na Indonésia). Por isso, em contraposição às atividades muito diversificadas que exerciam anteriormente, incluindo também minas de estanho e plantações de açúcar, hoje eles se concentram forçosamente no comércio, na indústria e no sistema financeiro, sendo que a tradicional forma de pequena empresa há muito foi abandonada.

Dessa maneira, os chineses que vivem no Exterior constituem um elemento empresarial muito ativo num entorno burocrático, no qual as elites autóctones mostram mais interesse em ganhos provenientes de rendas do que na disposição de correr riscos própria do capitalismo. Por isso, o fenômeno dos países emergentes nos estados da ANSEA deve ser, em grande parte, atribuído às minorias chinesas, cujas empresas centradas em famílias montaram uma densa rede transnacional de confiança mútua com relações estreitas com a China, Taiwan e Hong Kong. Desse modo, constituiu-se uma quarta China no Sudeste da Ásia. Dependendo da conjuntura política reinante no continente chinês, em especial nas províncias costeiras do sul da China, das quais os chineses no Exterior provêm originalmente, essa rede de relações é manejada com muita flexibilidade e, caso necessário, também modificada em seu direcionamento regional. Na época da política maoísta de isolamento, as ligações davam-se mais com Taiwan e Hong Kong; na época da abertura que caracteriza a era Deng Xiaoping, as antigas relações com familiares e conterrâneos nas províncias costeiras foram reativadas.

Por isso, na região do Sudeste Asiático entrecrocavam-se duas filosofias. Por um lado, tem-se a permeação por parte de grandes companhias japonesas (estrutura de *keiretsu*), que naturalmente têm seu centro administrativo nas matrizes japonesas, e, por outro, as empresas familiares chinesas (estrutura de *guanxi*), sem um centro claro, geograficamente localizável. Isso, contudo, não impede a formação de alianças estratégicas, quando os respectivos governos criam tributos de *joint venture* em relação a investimentos japoneses diretos. Então os "parceiros autóctones" dos japoneses são, em regra, os chineses no Exterior, que, desse modo, voltaram a assumir sua antiga função de "compradores".

Por fim, nas quatro províncias costeiras do sul da China, mais ou menos na zona que vai de Cantão a Xangai, está surgindo um superpaís emergente, que vai sobrepujar tudo o que houve até agora. Com a política de abertura e de liberalização econômica, surgiu uma zona de prosperidade capitalista primitiva, que segue a antiga tradição dos portos livres e também exhibe assombrosos paralelos institucionais com as zonas econômicas especiais. Só Hong Kong emprega, na atualidade, aproximadamente dois milhões de pessoas apenas na Província de Guangdong.

Para lá de todos os problemas políticos entre Pequim e Hong Kong ou Taipé, estabeleceu-se uma China maior, que se baseia na simbiose de mão-de-obra quase gratuita do sul da China — disponível até mesmo quando

é remunerada abaixo da produtividade-limite —, que alcança sua dinâmica através do capital e *do know how* provenientes de Hong Kong ou Taiwan e que se mantém unida pelas redes das firmas de chineses que vivem no Exterior. Resultado disso é um deslocamento da divisão internacional do trabalho em toda a região do Leste e do Sudeste da Ásia. Os segmentos inferiores da manufatura intensiva em termos de trabalho e tecnologicamente simples são ocupados agora pela China, enquanto os países emergentes clássicos avançaram para as áreas tecnologicamente mais exigentes e, assim, em crescente concorrência com o Japão, remetem este último às tecnologias de ponta.

Para a própria China, isso significa de fato uma tripartição num setor burocraticamente comandado pela indústria pesada no norte — que continua sendo a base dos aparelhos de Pequim —, num setor organizado em termos de capitalismo privado na zona costeira do sul — que constitui a fonte das exorbitantes taxas de crescimento e dos sucessos de exportação da última década — e na periferia do oeste e do sudoeste — que permanece no atraso e serve de fornecedor de matérias-primas, terreno para a realização de testes nucleares, depósito de lixo tóxico, acampamento de prisioneiros e para outras funções igualmente nada atrativas.

5 - Avaliação

Caso, nas páginas precedentes, tenha surgido a impressão de um fetichismo do crescimento, isso não aconteceu intencionalmente. Fato é, porém, que, em todos os países do Leste e do Sudeste da Ásia, se persegue uma política de crescimento incondicional, quase a qualquer custo, e que esse objetivo político também é alcançado. Acresce-se a isso uma crença inquebrantada na factibilidade do possível. Os problemas econômicos seriam fundamentalmente passíveis de solução mediante um emprego adequado de capital e tecnologia. Crises ou rupturas conjunturais não provocam dúvidas de princípio e também não levam a perguntar pelos limites do crescimento, mas são atribuídas a insuficiências na execução da estratégia de crescimento adotada.

De uma perspectiva externa, cabem algumas ressalvas. Em primeiro lugar, não pode haver dúvida de que os sucessos de crescimento estão

associados a elevados custos sociais. O ônus físico e psíquico suportado pelos trabalhadores é extraordinário, e o é tanto mais quanto mais inicial for a fase de industrialização em que os respectivos países se encontravam ou se encontram. A duração da jornada de trabalho, a intensidade do trabalho, a segurança deficiente no trabalho, a (inicialmente) baixa remuneração, a seguridade social reduzida ou inexistente, a representação sindical reprimida, ou, em termos genéricos, a verdadeira militarização do trabalho são os lados sombrios do Estado burocrático de desenvolvimento, no mais tão bem-sucedido.

Associado a isso está um sistema autoritário, para o qual, nos "países de frente" da Coreia do Sul e de Taiwan, se podia obter legitimação a partir da concorrência de sistemas, mas que também pode ser encontrado no Japão do período anterior à Segunda Guerra Mundial, na República Popular da China ou em Cingapura. A combatividade dos conflitos sociais, que irrompe repetidamente de tempos em tempos, ilumina dolorosamente essa questão. Só se podem esperar aberturas, liberalização, quando se tiver alcançado um nível como o do Japão ou o de Hong Kong e, em consequência, quando o fator mão-de-obra perder importância relativa. Ainda assim, as cautelosas tendências à democratização, que se verificam sobretudo em Taiwan, não deveriam induzir à conclusão errônea de que se deva esperar uma mudança fundamental rumo a uma democracia parlamentar de estilo ocidental. Essa ressalva se aplica até mesmo ao Japão, ao qual, graças à ocupação norte-americana no Pós-Guerra, se "repassou" um sistema parlamentar, mas que teve perfeitamente condições de preencher esse invólucro com conteúdos caracterizados pela herança feudal e/ou burocrática.

Pelo menos tão graves são também os custos ecológicos da mania de crescimento, já que a exploração da natureza absolutamente não fica atrás da exploração das pessoas. Todos os cenários dos diversos modelos mundiais que questionam fundamentalmente uma repetição do caminho de industrialização percorrido pelo Ocidente por causa da limitação dos recursos naturais e do limite de agressão que a natureza pode suportar são simplesmente ignorados. As respectivas disposições de proteção do meio ambiente ficam só no papel. A floresta tropical que ainda resta no Sudeste da Ásia será desmatada até o último tronco; traineiras japonesas e taiwanesas vão esvaziar com suas redes de arrasto até os últimos locais onde se concentram peixes; lixo atômico é depositado sem escrúpulos na China; as emissões e despejos no ar e na água vão aumentar mais ainda. Só no Japão foi mobilizada, nesse meio tempo, uma opinião pública assustada, que também consegue exercer pressão. A

consequência disso, entretanto, nesse caso é menos uma mudança fundamental de pensamento do que uma estratégia de externalizar os custos ambientais, ou seja, de deslocar para o Exterior indústrias com um nível de emissões particularmente acentuado, de preferência para ilhas do Pacífico ou para os países dos quais se compram as matérias-primas.

A objeção fundamental de que a estratégia de mercado mundial que é seguida por toda uma região também topa com limites, a saber, com o limite da capacidade de absorção dos mercados na América do Norte e na Europa ocidental, é, pelo menos até agora, pouco convincente. Em primeiro lugar, não se percebe uma ruptura ou mesmo um crescimento menor dos volumes de exportação da região; pelo contrário, aos países emergentes da segunda geração e à República Popular da China acresceram-se novos grandes exportadores. Em segundo lugar, os produtos destes substituem a respectiva manufatura nos países-alvo do Ocidente. Em terceiro lugar, percebe-se uma crescente asiaticização da direção seguida pelas correntes de exportação. Embora o grau de integração regional ainda não seja comparável com o da Europa Ocidental, onde cerca de 70% dos bens exportados pela Europa Ocidental são vendidos lá mesmo, essa quota está crescendo muito rapidamente também no Leste e no Sudeste da Ásia: de 32% para 39% entre 1960 e 1988. Isso é possível porque lá aumentou a renda e, por conseguinte, também a demanda. Entrementes estabeleceu-se em todos os países da região uma considerável classe média, que também procura bens duráveis para consumidores mais exigentes. Há muito já não se pode falar mais da existência da clássica estrutura colonial de comércio exterior do período anterior à Segunda Guerra Mundial: exportação de matérias-primas *versus* importação de bens de luxo. Ao invés de ser apenas complementar, o comércio exterior da região torna-se cada vez mais competitivo. O comércio exterior sob as condições de um crescimento da totalidade da economia não é um jogo de soma zero, como os teóricos do sistema mundial afirmaram durante muito tempo.

Outra objeção sustenta que os países emergentes, particularmente a Coreia do Sul e Taiwan, só teriam obtido seu êxito graças à United States Agency for International Development (USAID) e aos investimentos japoneses diretos (JDI). Mesmo que fosse esse o caso — e daí? Esse argumento, porém, é apenas um dos muitos mitos da discussão local sobre a política de desenvolvimento. Só para Taiwan, a ajuda financeira dos Estados Unidos foi considerável até o início dos anos 60. Há muito, porém, Taiwan já atingiu o nível

de um importante exportador de capital líquido. O mesmo aplica-se com certeza a Hong Kong e a Cingapura. Só a Coréia do Sul continua "empurrando com a barriga" uma dívida considerável, mas sem que se pudesse perceber o menor indício de problemas no balanço de pagamentos. Os investimentos estrangeiros não têm na região as dimensões que talvez se suponha e, em todo caso, estão — também isso faz parte da lógica do Estado burocrático de desenvolvimento — submetidos a um amplo controle, desconsiderando-se as zonas econômicas especiais, que, entretanto, são superestimadas também em sua importância quantitativa. De resto, os consideráveis investimentos feitos nas zonas especiais do sul da China nutrem-se substancialmente de fontes de chineses residentes no Exterior, seja lá qual for o país de origem que consta nas estatísticas.

Por fim, ainda uma palavra sobre a muito citada possibilidade de transferência do "modelo do Sudeste Asiático": é incontestável que se tem aqui um caminho *sui generis* para a modernidade, o qual processou elementos ocidentais de modo apenas instrumental. Só pode falar de possibilidade de transferência quem é adepto do economismo neoclássico, ou seja, quem parte da premissa de que são apenas vantagens comparativas, regime comercial liberal, desregulamentação estatal e coisas semelhantes que constituem a história de sucesso. Não se compartilha dessa visão singela das coisas. É com razão que os expoentes de uma explicação institucionalista são substancialmente mais céticos quanto à possibilidade de transferência. Embora os elementos do Estado burocrático de desenvolvimento sejam, em princípio, concebíveis também em outras partes do Mundo, é muito duvidoso que alhures eles sejam preenchidos com os mesmos conteúdos e levem a resultados semelhantes. Conseqüentemente, a América Latina só tem pouco a aprender do Leste da Ásia, e a África ao sul do Saara quase nada. Ocorre que, nesse ponto, entra em jogo o fator cultural, que constitui a diferença decisiva e cuja possibilidade de transferência está excluída por definição. Em outras palavras: o caminho nipo-coreano ou o caminho chinês para a modernidade são "modelos", porém não no sentido de que possam orientar a ação fora de sua região.